



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (UNICEUB)  
INSTITUTO CEUB DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (ICPD)  
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

**MARIA FRANCISCA DE FREITAS**

**A EFETIVIDADE NA LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS  
E O ACESSO À JUSTIÇA**

BRASÍLIA  
2006

**MARIA FRANCISCA DE FREITAS**

**A EFETIVIDADE NA LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS  
E O ACESSO À JUSTIÇA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de  
Brasília (UniCEUB) como pré-requisito para a  
obtenção de Certificado de Pós-Graduação *Lato*  
*Sensu*, na área de Direito Processual Civil.  
Orientador: Dr. José Augusto Delgado

BRASÍLIA  
2006

**MARIA FRANCISCA DE FREITAS**

**A EFETIVIDADE NA LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS  
E O ACESSO À JUSTIÇA**

Trabalho apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília - UniCEUB -  
ICPD) como pré-requisito para a obtenção  
de Certificado de Pós-Graduação *Lato  
Sensu*, na área de Direito Processual Civil.  
Orientador: Dr. José Augusto Delgado.

Brasília-DF, 17 de junho de 2006.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr.

---

Prof. Dr.

**Ao meu querido e saudoso pai, Alexandrino, que me deixou a herança da fé num único Deus, Jesus Cristo.**

“É absolutamente necessário que o sistema jurídico seja capaz de atrair para o seu interior as demandas sociais, ofertando à população todos os meios necessários para que dele possa se socorrer. Hutter, Rodolf, **Os princípios processuais no Juizado Especial Cível**, 2004, p.66).”

## RESUMO

O objetivo da presente monografia, “A Efetividade na Lei dos Juizados Especiais Cíveis e o Acesso À Justiça”, é demonstrar que o Princípio da Efetividade está presente na Lei n.9099/95, de sorte que todos aqueles que se dirigem aos Juizados Especiais Cíveis, em busca da prestação jurisdicional, obtêm, assim, o acesso à Justiça de modo efetivo. Como é notório, a Lei n. 9099/95 foi criada com o intuito de tornar a Justiça ao alcance de todos, no que tange às causas relacionadas às demandas judiciais conhecidas como “pequenas causas”, com a finalidade, ainda, de que os jurisdicionados ao buscarem a prestação jurisdicional nos Juizados Especiais Cíveis se deparem com uma Justiça célere, ou seja, sem muita burocracia e dessa forma obtenha um resultado sem morosidade. Ademais que lhes permitam um acesso fácil, bem como a consecução de uma tutela efetiva. Em vista disso, foi que nos dispusemos a estudar o tema em tela. A partir dos dados pesquisados, verificamos que a presença da efetividade na Lei do Juizado Especial Cível contribuiu para o acesso à Justiça nos Juizados Especiais de todo o Brasil. Embora nos dados encontrados nas pesquisas consultadas o acesso à Justiça no sentido de ingresso em Juízo seja significativo a cada ano. Contudo, verifica-se também que isso refletiu negativamente, pois o aumento de volume de ações acabou por interferir na estrutura dos Juizados de modo geral, haja vista que os Juizados Especiais Cíveis do nosso país não estão bem preparados para atender a todos os jurisdicionados de modo satisfatório, por não possuir equipamentos, servidores e instalações adequados e necessários. Desse modo, o atendimento aos Jurisdicionados que buscam os Juizados Especiais acaba sendo prejudicado, por lhes obstruir o acesso, quer seja no sentido de ingresso em Juízo, quer seja no sentido de resolver a lide de modo eficaz e célere. Não obstante, destacamos que a Lei 9099/95 é uma lei que apresenta no seu bojo a efetividade necessária para contribuir com o acesso à Justiça dos que buscam atendimento nos Juizados Especiais Cíveis de todo o Brasil.

Palavras-chaves: Efetividade, Lei dos Juizados Cíveis, acesso à Justiça.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 O HISTÓRICO DA BUSCA DA EFETIVIDADE.....	12
2 O ACESSO À JUSTIÇA.....	17
3 O HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA LEI Nº 9099/95.....	20
4 O PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE NA LEI Nº 9099/95.....	25
4.1 A estrutura da LEI n.9099/95.....	26
4.2 Os Princípios da Lei 9099/95 para o Alcance da Efetividade.....	30
4.2.1 Princípio da Oralidade.....	31
4.2.2 Princípio da Simplicidade.....	33
4.2.3 Princípio da Informalidade.....	34
4.2.4 Princípio da Economia Processual.....	35
4.2.5 Princípio da Celeridade.....	36
4.2.6 Princípio da Conciliação.....	36
4.3 O procedimento da Lei N.9099/95.....	37
5 OUTROS PRINCÍPIOS PARA O ALCANCE DA EFETIVIDADE.....	42
5.1 Acessibilidade.....	42
5.2 Princípio da Operosidade.....	43
5.3 Princípio da Utilidade.....	43
5.4 Princípio da Proporcionalidade.....	44
6 VERIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE NO JUIZADO CÍVEL-O ACESSO À JUSTIÇA..	45
6.1 Dados de Pesquisas de Outros Estados – O acesso à justiça.....	45
6.2 A Estrutura Dos Juizados Especiais Cíveis No Distrito Federal.....	47
6.3 Juizados Especiais do Distrito Federal – O acesso à Justiça.....	49
CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
ANEXOS.....	63

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema “A Efetividade na Lei dos Juizados Especiais Cíveis e o Acesso à Justiça”, no qual buscamos demonstrar a presença da efetividade na Lei em tela, como meio efetivo para o jurisdicionado, quando este ao procurar o Juizado Especial para solucionar o seu litígio, encontra o acesso à Justiça, necessário para o alcance de uma tutela efetiva.

Iniciamos o nosso estudo com uma visão histórica da busca pelo Princípio da Efetividade, não só no nosso país, bem como de outros países, que se intitulam Estados Democráticos de Direito, conforme o conceito apresentado:

Estados que tendem a se mostrar como promotores de justiça social, os quais foram fundados dentro de uma sociedade democrática, a qual por sua vez, destaca-se por ser instauradora de um processo de efetiva incorporação de todo o povo nos mecanismos do controle das decisões e de sua real participação, nos rendimentos de sua produção. (DIAZ , apud SILVA, 2006, p.181).

O conceito do Princípio da Efetividade é apresentado no nosso estudo para respaldar o que está implícito na Lei do Juizado Especial Cível. Quanto à efetividade, na Lei em questão, esta se traduz nos princípios do Acesso à Justiça, Celeridade e Operosidade da Lei n. 9099/95, como também na consagração dos princípios de Informalidade, de Simplicidade, de Oralidade, de Economia Processual e de Conciliação. Todos esses princípios visam à obtenção de uma tutela real e efetiva.

Destarte, apontamos o conceito do Princípio da Efetividade, que deve estar presente na Lei dos Juizados Cíveis, consoante o entendimento a seguir disposto:

o conjunto de direitos e garantias que a Constituição atribuiu ao indivíduo que, impedido de fazer justiça por mão própria, provoca a atividade jurisdicional para vindicar bem da vida de que se considera titular. A este indivíduo devem ser, e são, assegurados meios céleres e, ademais eficazes de exame da demanda trazida à apreciação do Estado. Eficazes, no sentido de que devem ter aptidão de propiciar ao



litigante vitorioso a concretização fática da sua vitória. (ZAVASKI, apud GOMES, 2004, p.64).

Apresentamos no nosso estudo o histórico da busca pela Efetividade e também do Acesso à Justiça, com o intuito de demonstrar que só com o desenvolvimento do Direito Processual, a partir desses princípios, foi possível a existência da Lei dos Juizados Cíveis.

No estudo presente, além dos princípios consagrados na Lei, enfatizamos também a sua estrutura e o seu procedimento, visando demonstrar que essa Lei foi criada para servir de instrumento eficaz aos Juizados Especiais Cíveis, conforme o disposto no artigo de Marcelo Lopes Barroso (2001) *A Lei dos Juizados Especiais Cíveis e o Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional*, o qual afirma:

para se saber a real importância de uma lei, não basta reverenciarmos os seus dispositivos e finalidades. É preciso que a mesma encontre respaldo social. E nesse ponto, a Lei dos Juizados Especiais Cíveis não deixa a dever. É tão grande o seu acolhimento por parte da população, que os Juizados Especiais são procurados para resolver litígios que fogem à sua competência, tais como ações trabalhistas, de alimentos e de investigação de paternidade. Não se trata de uma lei perfeita, até porque é fruto do labor humano, mas com grande respaldo popular. (BARROSO, 2001, p.5).

A nossa preocupação é demonstrar que, enquanto instrumento de atuação, a Lei dos Juizados Especiais Cíveis assegura o pleno acesso à tutela jurisdicional, face ao princípio da efetividade, que há de se manifestar sempre com atributo de uma tutela justa e real, em caso concreto, tendo em vista outro princípio, o da inafastabilidade do controle jurisdicional, ou princípio do acesso amplo ao judiciário, consagrado no art. 5º, XXXV, da nossa Constituição Federal, que dispõe: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

O embasamento teórico do nosso estudo, portanto, está consoante ao Princípio da Efetividade, consagrado na atual Constituição Federal Brasileira, que assegura o acesso à Justiça, no sentido de que o exercício da função jurisdicional deva, assim, coadunar-se com os valores e princípios normativos de um processo justo, quais sejam, imparcialidade,

independência do órgão judicial, contraditório, ampla defesa, igualdade formal, material das partes, juiz natural, motivação, dentre outros, para que se evidencie que a prestação da tutela está consoante ao devido processo legal, não obstante deva ser prestada de forma célere e eficaz.

Esclarecemos que, quanto à metodologia, dentro do desenvolvimento da nossa monografia, realizamos pesquisas bibliográficas sobre o tema, as quais estão consoantes às referências bibliográficas, com a finalidade de encontrarmos respaldo ao nosso objetivo, que é o de verificar a existência do consagrado princípio da efetividade na Lei n.9099/95 dos Juizados Especiais Cíveis no que tange ao acesso à Justiça.

Com o mesmo intuito, utilizamo-nos de dados de pesquisas realizadas por outros estudiosos, para constatação da eficácia da tutela jurisdicional prestada nos Juizados Cíveis de modo geral, no que diz respeito ao acesso dos jurisdicionados, a partir de dados de estatísticas oficiais, bem como de dados das pesquisas dos outros Estados, com a finalidade de corroborar o objetivo da nossa monografia, qual seja, de constatar a existência da efetividade na Lei dos Juizados Especiais Cíveis, com vista ao acesso fácil e a consecução da tutela pretendida.

Dessa forma esperamos verificar, com este estudo, que com a criação da Lei n.9099/95, o acesso à Justiça tornou-se favorável às pessoas, quer seja de poder aquisitivo inferior ou não, as quais sempre foram prejudicadas na busca da tutela jurisdicional, haja vista as suas causas serem de pouca monta e desprezadas para apreciação no Judiciário.

Ademais, a tutela jurisdicional, de hoje em dia, relativas às pequenas causas, é prestada nos Juizados Especiais Cíveis de forma célere, possibilitando às partes resolverem os seus litígios de forma amigável e de formularem suas pretensões em Juízo, sem a assistência de advogado, até o valor assegurado pela referida Lei, que é de 20(vinte) salários mínimos e acima disso até o valor máximo de 40(quarenta) salários mínimos, quando assistidos.

Em suma, o que dentro desse enfoque da busca pela existência da efetividade no sistema judiciário, possamos verificar que a Lei n.9099/95 foi idealizada e ao final criada para atingir em concreto a sua finalidade, qual seja de assegurar o acesso à Justiça de maneira real, efetiva e que mediante o seu procedimento permite a existência de meios eficazes à obtenção rápida do resultado pretendido pelo jurisdicionado, no que tange às “pequenas causas”.

## 1 O HISTÓRICO DA BUSCA DA EFETIVIDADE

A busca pela efetividade, como veremos, ocorreu em vários períodos, como relatados no histórico do Direito Processual. Apresentamos, assim, dentro dessa evolução um dos seus entendimentos, como princípio existente para consecução do acesso à justiça:

*Princípio da Efetividade* designa-se o postulado de que as normas jurídicas dotadas de eficácia formal devam ser efetivamente implementadas no mundo dos fatos. Tão importante quanto analisar a regularidade formal das normas constitucionais, penais, civis etc. é perquirir se tais comandos vêm sendo concretizados no mundo fenomênico; se não se concretizam, porque isto ocorre e o que fazer para que passem a se concretizar, e, caso se concretizem, quais as conseqüências concretas que disto advêm. ( BARROSO, 1990. p. 231).

Dentro do estudo relacionado ao histórico do Direito Processual, observamos que houve uma busca para se obter a efetividade dos direitos, logo após a fase em que o Estado não permitiu que as contendas fossem solucionadas por mão própria, ou seja, após a fase da autotutela, quando o Estado trouxe para si o poder de decidir os litígios existentes na sociedade.

Podemos verificar na trajetória do Direito Processual, que desde as civilizações antigas, a preocupação com a busca da efetividade esteve presente. Com a evolução dos tempos, chegamos ao conceito do processo e o surgimento do que a doutrina aponta como as três fases distintas: a das ações da lei; a das fórmulas escritas e a do juízo unificado, que de certo modo indicavam uma preocupação pela busca da efetividade do processo.

À medida que adentramos ao estudo do Direito na fase Moderna, deparamos com a diferenciação do direito material já como ciência cultural, enquanto o Direito Processual é tratado como ciência voltada essencialmente à resolução de problemas práticos, ou seja, tendente à realização ou concretização das leis, cuja finalidade é assegurar a efetividade da Lei Material.

Ressalte-se que após o Estado tomar para si a tarefa de solucionar os litígios existentes na sociedade, tendo, assim, o cidadão de procurar a tutela jurisdicional do Estado para obter deste uma solução para a sua lide, mediante a existência de um processo, a partir de então a preocupação com a efetividade passou também a existir, haja vista que antes disso o acesso à Justiça só existia para poucos privilegiados.

Há de se compreender que nesse período da História do Direito Processual, o Direito tinha uma concepção individualista, que só foi superada após mostrar-se insuficiente para atender às exigências do tempo contemporâneo, quando as pessoas frustradas com a ineficiência do sistema judiciário, buscavam a tutela dos seus direitos no Judiciário e na prática, não encontravam o acesso devido.

Destarte, no Período Liberal, com a existência de Estados Democráticos de Direito, como já conceituado nesse estudo, estes preocupados com a desestruturação no Sistema do Judiciário, que se encontrava incapaz de acompanhar o desenvolvimento da sociedade, em vista das transformações rápidas, ocorridas no seio dela, por consequência do progresso industrial e avanços tecnológicos, procuraram corrigir e suprir as deficiências dentro do universo do Poder Judiciário, no intuito de torná-lo capaz de atender as reivindicações da sociedade, a fim de que houvesse efetividade na entrega da tutela jurisdicional aos jurisdicionados.

Cappelletti (1988, p. 31-37) em sua obra *Acesso à Justiça*, discorrendo sobre a busca pela efetividade, destaca três aspectos principais, o qual denomina de ondas renovatórias. A primeira refere-se à garantia de adequada representação legal dos pobres, quando o fundamental é assegurar aos necessitados assistência jurídica integral e gratuita.

A segunda onda renovatória refere-se à tutela dos interesses de pessoas ou coletividades, com o objetivo de proteger os consumidores e o meio ambiente. Tendo por pressuposto que o conceito de pobreza não está ligado ao indivíduo carente de recursos

financeiros, de cultura ou de posição social, é mais vasto, abrange grupos e categoria, como no caso de comunidades, atentando-se para os carentes econômicos e carentes organizacionais.

E por fim, a terceira onda, que se manifesta com fórmulas para simplificar os procedimentos do Direito Processual, preocupada com o acesso à Justiça. Como exemplo disto, temos a edição de Lei dos Juizados Especiais, visando a prestar a tutela jurisdicional às “pequenas causas”, bem como preocupada com o custo do processo para não torná-lo oneroso ao autor e impedir-lhe o acesso ao Judiciário.

Em nossa pesquisa, verificamos que o Brasil também não ficou para trás nesse aspecto, uma vez que nas últimas décadas, preocupado em tutelar com efetividade a prestação jurisdicional, procedeu a inúmeras reformas legislativas e procurou, também, modernizar o sistema judiciário, aparelhando-o com equipamentos adequados, bem como propiciando capacitação ao seu pessoal, a fim de desempenhar suas funções de maneira que resultassem num atendimento eficaz, além de célere, para permitir o acesso à Justiça dos tutelados, que se encontravam fora do sistema.

Dinamarco (1996, p. 3, 15), na sua obra, *Nasce Um Novo Processo Civil*, afirma que muitos processualistas foram responsáveis por esta preocupação referente à existência e à observância da Efetividade no processo. Esclarece este jurista, que em razão disso, surgiram muitos movimentos para que houvesse acesso à Justiça, e à efetividade dos direitos sociais.

Consoante a Dinamarco (1996, p. 5) no Brasil esse movimento ligado à busca da efetividade no processo só passou a existir no momento em que se procurou reformular a legislação processual vigente, que se traduziu numa mini-reforma em 1994, cujos objetivos a serem perseguidos foram: “diminuir os embaraços técnicos processuais da lei, com o mister de abrir espaços para o exercício da jurisdição e proporcionar meios mais ágeis e eficientes para a obtenção do acesso à Justiça”.

Dentre todas as leis que Dinamarco (1996, p. 7), citou relativa à mini-reforma, apontamos a Lei n. 9099 de 26 de setembro de 1995, que criou os Juizados Cíveis e Criminais, cujo art. 2º da lei em tela estabelece os seus princípios básicos: oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação e a transação. E, a Lei n.10.259/02, para criação dos Juizados Especiais Federais, após a Emenda Constitucional n. 22, que de igual forma visa completar o movimento de transformação para o acesso à Justiça ao alcance de todos.

Destarte, conforme afirma o mesmo autor em sua obra (1996, p. 7), as leis reformistas tiveram como objetivos específicos: “primeiro de simplificar e agilizar o procedimento; evitar ou pelo menos minimizar os prejuízos da demora na resolução da demanda e por fim aprimorar a qualidade dos julgamentos com o intuito de dar efetividade à tutela jurisdicional prestada”.

Nesse mesmo sentido, Câmara (2004, p. 37), em *Lições do Direito Processual Civil*, esclarece que o Brasil passou pelas três ondas destacadas por Cappelletti, e no que diz respeito à terceira onda, o nosso país exerce notória posição de liderança em nível mundial, sendo o país que apresenta maior número de instrumentos aptos a proteger os interesses coletivos e difusos, que como é notório, a necessidade da proteção desses interesses é essencial à adequada garantia de acesso à ordem jurídica justa.

Ademais, no que se refere ainda à terceira onda, quanto à garantia de informalidade, Câmara (2004, p. 38) ressalta que o Direito brasileiro também ocupa posição privilegiada, pois vem garantindo uma razoável deformalização dos procedimentos judiciais, o qual cita como bom exemplo o procedimento sumaríssimo adequado para as causas submetidas aos Juizados Especiais Cíveis, regidas pela Lei 9.099/95, em que se tem um quase-total abandono das formalidades.

Como citado anteriormente, vários movimentos foram deflagrados pelo mundo todo, os quais se refletiram em novas legislações, demonstrando a preocupação com a efetividade e o acesso à Justiça. Como exemplo disso é a inserção da Emenda Constitucional de nº. 45, mediante o acréscimo do inc.LXXVIII do art. 5º, da nossa Constituição Federal, que estatui: “a todos são asseguradas, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”

Em síntese, a busca pela efetividade no processo passou a existir após o Estado ter o controle para decidir as controvérsias dos cidadãos, quando por outro lado passou também a gerar insatisfação quanto à sua gerência. A partir das cobranças efetuadas pelos jurisdicionados, movimentos surgiram e o Estado foi obrigado a modificar o seu sistema e criar leis na tentativa de alcançar a efetividade almejada pelos jurisdicionados.



## 2 O ACESSO À JUSTIÇA

Há que se frisar primeiro, que para se chegar ao entendimento do acesso à Justiça, este entendimento passou por uma evolução, bem como que a idéia e o significado da expressão acesso à justiça variaram no tempo, em função de uma série de elementos, de influência a natureza política, religiosa, sociológica e filosófica.

Desse modo, no Período Contemporâneo, quando os Estados Democráticos de Direito passaram a inserir nas suas Constituições as reivindicações da sociedade, fazendo constar nelas os direitos fundamentais e os direitos sociais, com a possibilidade de exercitá-los, foi quando a sociedade pôde exigir do Poder Judiciário que dispusesse de meios e modos para resolver as suas deficiências, a princípio preocupando-se com o cunho individual e posteriormente com o coletivo, a fim de que o acesso à Justiça torna-se uma realidade para todos.

Destarte assim foi também possível à existência da evolução do que hoje se entende por acesso à Justiça:

o direito ao acesso à justiça, sendo a base dos direitos humanos, é requisito fundamental de qualquer sistema jurídico que pretende garantir outros direitos do cidadão. Mas não basta a garantia na Constituição do país do acesso à justiça. Como direito fundamental e instrumento de cidadania, é necessário que este seja possível a todos os cidadãos que tenham um direito violado, ou buscam a efetivação de um direito, seja ele pobre ou rico e com iguais condições. (CAPPELLETTI, 1988, p.12).

Cabe assinalar que o Acesso à Justiça possui várias abordagens, uma das quais, entende-se como o ingresso ao Poder Judiciário, no momento em que se busca a tutela dos seus direitos; a outra pelo enfoque da efetividade, qual seja de se obter do Judiciário aquilo que lhe é de direito, de maneira célere e eficaz.

O último enfoque está consoante ao entendimento de Ramos (2000, p. 38), que no seu artigo “Realidade e Perspectiva de Assistência Jurídica Aos Necessitados No Brasil”,

esclarece: “O fenômeno do acesso à Justiça deve ser compreendido com a possibilidade material do ser humano conviver em uma sociedade onde o direito é realizado de forma concreta”.

Em consonância à última abordagem do tema o acesso à Justiça, deparamos ainda com o entendimento a seguir:

para que o acesso à Justiça venha ser assegurado a todos, individual ou coletivamente, deve o sistema processual dispor de procedimentos céleres e que garantam a máxima probabilidade de certeza no resultado, dotando o juiz de imperiosa liberdade, que não prejudica a imparcialidade e exigindo-lhe intensa atividade no exercício de suas funções. [...] Em suma, é absolutamente necessário que o sistema jurídico seja capaz de atrair para o seu interior as demandas sociais, ofertando à população todos os meios necessários para que dele possa se socorrer. (HUTTER, 2004, p. 65-66).

Dentro desse enfoque, foi que nasceu a inspiração dos Juizados Especiais, pela necessidade de oferecer à sociedade o acesso à Justiça para as causas de pequenos valores, que na Justiça Comum tornaram-se inviáveis de serem apreciadas; e num segundo momento, possibilitar a tutela jurídica às camadas pobres ou hipossuficientes da população, que por outros meios não vinham alcançando o acesso ao Judiciário.

Os Juizados Especiais, dessa forma, foram criados com objetivo de assegurar a todos o acesso à Justiça, sem distinção, assegurando, assim, também, a igualdade e isonomia à tutela prestada, consoante também aos princípios existentes na Lei n.9099/95, quais sejam: oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.

Câmara (1998, p. 38-39), na obra já citada, acrescenta que nesse novo enfoque de acesso à Justiça está a valorização dos meios paraestatais de solução de conflitos, como a arbitragem, a mediação e a conciliação dentre outros, os quais, em suma, representam significativamente a possibilidade de o jurisdicionado encontrar completa satisfação, haja vista que lhe assegura o amplo acesso à ordem jurídica justa.

Dentro desse prisma de acesso à ordem jurídica justa, apresentamos o entendimento do grande jurista, Watanabe (2002, p. 20):

cuida-se de um ideal que, certamente, está ainda muito distante de ser concretizado, e, pela falibilidade do ser humano, seguramente jamais o atingiremos em sua inteireza. Mas a permanente manutenção desse ideal na mente e no coração dos operadores do direito é uma necessidade para que o ordenamento jurídico esteja em contínua evolução.

Por fim, apresentamos o acesso à Justiça no entender de Ada Pellegrini Grinover (1990, p. 245), constante na sua obra *Novas Tendências do Direito Processual*, “como programa de reforma, o verdadeiro acesso à Justiça significa buscar os meios efetivos que façam as partes utilizarem plenamente o Estado na solução dos seus conflitos.” De certa forma, este conceito está inserido na Lei n.9099/95, que foi criada visando o acesso de todos à Justiça de modo plenamente eficaz nas causas relativas aos pequenos litígios.

### 3 O HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA LEI Nº 9099/95

No Brasil, conforme relata o professor da Universidade Católica de Brasília, Luiz Otávio de Oliveira Amaral (2003), no artigo *O processo que precisamos, a justiça que merecemos*, foi no Estado do Rio Grande do Sul, de onde surgiram as bases para o procedimento que hoje existe na Lei 9099/95, dos Juizados Especiais Cíveis.

Sob a responsabilidade da Associação de Juízes (AJURIS), alguns magistrados reunidos em Conselhos, desprovidos de quaisquer formalismos, sem amparo legal, bem como mesmo despidos de quaisquer autoridades formais, instalaram em 23.07.1982, com o apoio da Corregedoria-Geral da Justiça e com aval da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, os chamados Conselhos de Conciliação e Arbitramento, que passaram a funcionar no salão do Júri daquele Tribunal.

No seu relato, o professor esclarece que esses conselhos alcançaram notáveis êxitos e ganharam adeptos pelo Brasil, que em face disso suscitou um debate nacional, do qual se originou a edição da Lei n.7.244/84, a qual foi a institucionalizadora da modalidade de prestação jurisdicional, conhecida como Juizado de Pequenas Causas. Ressalta que também o Estado do Rio Grande do Sul foi o pioneiro na instalação dos Juizados de Pequenas Causas, que editou lei local disciplinando o Sistema de Juizados de Pequenas Causa, iniciando o seu funcionamento em 1986.

Segundo este mesmo autor, dessa experiência viria demonstrar-se que as condições de acesso à jurisdição envolviam necessariamente uma nova postura, uma nova filosofia e uma nova estratégia, tudo a pressupor uma concepção também renovada da própria função jurisdicional, que se impôs pelos seus bons resultados, a ponto de subir sua expressão legislativa à hierarquia de norma constitucional.

Na Introdução da Obra *Juizados Especiais Cíveis, Comentários à Lei nº. 9099/95*, Reinaldo Filho (1999, p.1), esclarece que “o Juizado Especial de Pequenas Causas se constituiu no maior advento de arquitetura judiciária dos últimos tempos, podendo ser encarado com o marco de uma significativa onda de renovação dos serviços judiciários no Brasil”.

Destarte, o Juizado Especial de Pequenas Causas foi criado para funcionar obedecendo a procedimento simplificado e despojado de formalidades, que em consequência disso trouxe a abertura da ordem processual para a defesa dos direitos e interesses individuais.

Ademais estabelecia a isenção de taxas e custas, e desabrigatoriedade de se constituir advogado, apresentando ainda a celeridade no seu procedimento processual. Em decorrência disso tudo, promoveu o acesso à Justiça não só dos desafortunados, mas dos que dele necessitasse. Dessa forma, possibilitou que pequenos litígios, que antes não faziam parte do cotidiano do Judiciário, passem a integrá-lo.

Esclarece o mesmo autor (1999, p. 3) que nem o elevado índice de conciliação, a efetividade e presteza na entrega da prestação jurisdicional, qualificaram o Juizado de Pequenas Causas para um total sucesso, pois mesmo com a sentença condenatória na mão, a parte vencedora só podia executá-la na Justiça Comum e para isso necessitava contratar advogados, pagar custas e enfrentar outras dificuldades próprias dos ritos processuais da Justiça Comum, na qual não se observava em suas formas informalidades ou simplificações, bem como atenta à segurança sempre acabava por preterir a celeridade pela demora no andamento dos seus feitos.

Desse modo, foi que processualistas solicitaram a modificação da lei de pequenas causas, a qual, por meio da Lei n. 8.640/93 foi alterada, a fim de atribuir competência aos Juizados de Pequenas Causas na execução de seus próprios julgados, obrigando-se, contudo, à aplicação integral das normas do Código de Processo Civil na parte do processo de execução,

que, posteriormente, veio a comprovar que não era suficiente, tampouco adequado para a dinâmica do Juizado de Pequenas Causas. E só com a edição da Lei dos Juizados Especiais de n.9099/95, este procedimento foi modificado, quando se atribuiu a competência para executar as suas sentenças.

Apesar de todas as limitações, os Juizados Cíveis de Pequenas Causas, no dizer, ainda, de Reinaldo Filho (1999, p. 5), apresentavam a concretização da idéia reformista, do modo de atuação no âmbito do Poder Judiciário, com a participação do jurisdicionado nas atividades do procedimento, preocupados com a entrega da prestação jurisdicional, que fossem desenvolvidos os atos de seus procedimentos, de modo célere e ainda que apresentasse efetividade, no sentido de se entregar à prestação jurisdicional de acordo com o que busca o jurisdicionado, desde que de fato ficasse demonstrado ser detentor do direito pleiteado.

Em decorrência do sucesso dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, o legislador Constituinte de 1998, inseriu o artigo 98 e seu inciso I, na atual Constituição Federal Brasileira (2004, p. 49), conforme dispôs:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de suas causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.

Embora a nossa Constituição Federal tenha instituído a criação dos Juizados Especiais em 1988, estes só passaram a existir depois de mais de uma década, quando a Lei n.9099/95 regulamentou o inciso I do art. 98 da nossa Magna Carta.

A Lei n.9099/95, Lei dos Juizados Especiais Cíveis, que sucedeu ao Juizado Especial de Pequenas Causas, aumentou a sua competência, a qual estabeleceu dois critérios: primeiro, do valor da causa, o critério adotado limitou o valor de alçada até quarenta vezes o salário mínimo. O segundo, estabeleceu o critério relativo à matéria jurídica em discussão, consoante à expressão causa cível de menor complexidade, não adstrita ao seu valor econômico, referentes às causas elencadas no art. 275, II do Código de Processo Civil e também para conhecer das ações de despejo para uso próprio, não importando o seu valor.

Quanto ao procedimento, a Lei n. 9099/05, apresenta uma repetição praticamente da Lei nº. 7.244/84, no entanto, segundo Reinaldo Filho (1999 p. 10), “a nova lei, no seu instrumental apresenta um adequado equilíbrio entre a celeridade e a economia processual de um lado, e a eficiência e segurança, de outro”.

A lei do Juizado Especial instituiu no nosso ordenamento jurídico uma nova modalidade de procedimento, o qual não onera nem as partes, tampouco o Estado, bem como promove uma tutela efetiva de direitos, que possibilita a qualquer cidadão, independente de sua condição social e financeira o acesso irrestrito à Justiça, desde que amparado pelo que dispõe a sua competência e não apresente ser carecedor de ação.

A Lei em tela apresenta, ainda, inserções de princípios e outras determinações para as dinâmicas necessárias à obtenção de resultados pacíficos e rápidos nas controvérsias, eliminando, assim, a morosidade, que consequentemente contribui para diminuir a demanda na Justiça Comum, a qual por sua vez se beneficia, melhorando também o atendimento dos seus jurisdicionados.

Por fim sobre as críticas que depreciam a Lei n.9099/95, que em razão disso foi apelidada da “justiça dos pobres”, temos a posição de Hutter, o qual afirma que com justa convicção filia-se à corrente que tem o Juizado Especial Cível em apreço, a partir da Lei em tela:

um conjunto de idéias que constitui resposta adequada e moderna às exigências contidas nos princípios constitucionais do processo (processo acessível, aberto, gratuito em primeiro grau de jurisdição, ágil, simples e concentrado, permeável a um grau elevadíssimo de participação das partes e do juiz). (DINAMARCO, apud HUTTER, 2004, p. 77).

Hutter (2004, p. 94) afirma ainda que apesar das críticas depreciativas existentes, a Lei n.9099/95 representa um amadurecimento da ciência processual, bem como é de fato um instrumento a serviço da justiça social, no que tange a sua instrumentalidade, pois coloca a via jurisdicional à disposição dos indivíduos, que assim podem sem muito rigor processual formular seus pedidos sem custos e maiores formalidades perante os Juizados Cíveis de todo Brasil.



#### **4 O PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE NA LEI Nº. 9099/95**

Neste Capítulo apresentamos a estrutura da Lei n.9099/95, bem como os seus princípios, a fim de que se possa verificar que, na Lei em tela, o Princípio da Efetividade está nela (lei) implícito, de modo que o jurisdicionado, ao procurar a tutela dos interesses nos Juizados Especiais Cíveis, tem o efetivo acesso à Justiça.

Para apontar a presença do Princípio da Efetividade na Lei dos Juizados Especiais Cíveis, é mister, o esclarecimento de que a Lei 9099/95 foi criada com a finalidade de atender o acesso à população mais carente, embora o intuito da lei seja mais abrangente, pois se estendem a todos que de certo modo buscam o Judiciário para obter deste solução para os pequenos litígios.

Frise-se que esses litígios são os mesmos que antes da edição da Lei em tela não eram levados ao conhecimento do Judiciário, por se tratarem de conflitos, cujos valores das causas eram pequenos, os quais desencorajavam a procura ao Judiciário, em razão da morosidade anteriormente existente nos julgamentos realizados na Justiça Comum, bem como pela existência de cobrança de despesas processuais, além de pagamento de honorários advocatícios que oneravam o valor das causas.

A Lei n.9099/95 veio, assim, atender as reivindicações da população brasileira, que já vinha de uma experiência marcada pela Lei nº. 7.244/84, conhecida popularmente como “Lei de Pequenas Causas”, eis que esta vinha sendo bem sucedida, vez que permitia as pessoas que se sentiam lesionadas de procurarem “as Pequenas Causas”, como recurso disponibilizado, pois nas Varas Cíveis da Justiça Comum à demora na solução desse tipo de contenda, de “pequenas causas”, era uma das razões que também tirava o estímulo das pessoas, como já ressaltado.

A criação da Lei nº. 9099/95 só foi possível devido à existência do Princípio Constitucional existente na atual Carta Magna, princípio que estabelece o acesso à Justiça, que visa, também, a dar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos.

Depois destes Princípios Constitucionais destacam-se outros, os quais foram delimitados na Lei dos Juizados para que permitissem não só o acesso de todos ao Poder Judiciário nos casos relacionados às causas de valor até 20(vinte) salários mínimos, sem a necessidade de postulação de advogado, bem como até as causas que não ultrapassem ao valor de 40(quarenta) salários mínimos, desde que a parte esteja devidamente representada por advogado.

Dessa Forma, para a garantia não só do acesso à Justiça, mas também visando à efetividade no resultado, que se almeja quando se recorre ao Judiciário, foram estabelecidos outros princípios na Lei, que se destacam como o da *oralidade, da simplicidade, da informalidade, da economia processual e o da celeridade e da conciliação*. Ademais, encontram-se também outros princípios que contribuem para favorecer a conciliação e a transação, os quais são citados no Capítulo 5, como: Acessibilidade, Operosidade, Utilidade e Proporcionalidade.

#### **4.1 A Estrutura Da Lei 9099/95**

A Constituição Federal, em seu art. 98, inc.I previu a criação dos juizados especiais cíveis e criminais, embora já existisse a lei nº. 7.244/84 que tratava dos juizados de pequenas causas atinente ao objetivo da lei 9099/95 quando esta foi criada destacamos, assim, a sua estrutura:

1. Convém destacar que na Lei 9099/95 os seus princípios de oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual, celeridade e também à ênfase que da à Conciliação ou à Transação, em lugar do Julgamento do Mérito, têm consequentemente de propiciarem aos litigantes o efetivo alcance dos resultados que buscam encontrar;

2. A competência do Juizado Especial Cível encontra-se no disposto do “Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas”:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III – a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I – dos seus julgados

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei."

3. A Lei dos Juizados prevê apenas três procedimentos: o sumaríssimo (até o art. 51); o da execução (arts. 52 a 53) e da arbitragem (arts. 24 a 26);

4. A competência é estabelecida em razão do valor (art. 3º, inciso I) ou em razão da matéria (art. 3º, incisos II a IV);

5. Não tem o Juizado competência para matéria de natureza alimentar;

6. No art. 3º, § 1º reza que o Juizado tem competência para a execução dos seus julgados e também de títulos extrajudiciais até o limite de 40(quarenta) salários mínimos,

incluindo os termos de conciliação extrajudicial, desde que referendado pelo MP, conforme reza o art. 57, parágrafo único da Lei dos Juizados;

7. O Foro competente é o domicílio do réu ou onde este exerça suas atividades profissionais, art. 4º da Lei;

8. A exceção de Competência deverá ser argüida com a contestação (art. 30), bem como poder ser escrita ou oral. Se for acolhida a exceção, ou autos não serão encaminhados ao Juízo competente, mas, sim, extinto o processo (art. 51, III);

9. No Juizado Especial Cível, não se admite a reconvenção, nos termos do art. 315 e seguintes do CPC. Admite-se o chamado pedido contraposto (art. 31), desde que inserido na competência do Juizado;

10. No pólo ativo, somente admite pessoas físicas capazes e a partir dos 18(dezoito) anos de idade;

11. As pessoas jurídicas não têm legitimação ativa perante o JEPC, mas poderão formular pedido contraposto (art. 8º e art. 31) ou formalizar conciliação;

12. No pólo passivo, não podem figurar os entes público elencados no art. 8º caput. Havendo interesse de qualquer destas pessoas, desloca-se a competência para Justiça Federal, por força do art. 100, I, da nossa Constituição;

13. A representação por advogado é dispensável nas causas de valor até 20 salários mínimos, eliminando a obrigatoriedade prevista no art. 36 do CPC. Acima deste teto, a presença do advogado é obrigatória (art. 9º). Da mesma forma é obrigatória quando tratar-se de recursos (art. 41, § 2º);

14. Havendo conflito de competência entre o Juizado e o Juiz Federal, decidirá o STJ, conforme reza o art. 105, I, “d”, da CF;

15. Não se admite a denunciação da lide (art. 10). No Juizado Cível, nem mesmo a assistência é aceita;

16. As citações serão sempre com AR-MP (art. 18, inc. I). Não há necessidade de citação pessoal. No caso das Jurídicas, no entanto, é admitida a teoria da aparência, devendo apenas o recebedor da correspondência ser identificado;

17. A revelia pode ocorrer, conforme reza o art. 20, há possibilidade, contudo, da não incidência dos efeitos da revelia, quando, por exemplo, o réu não comparece à audiência, mas apresentou anteriormente sua contestação, tornando controversa a matéria fática;

18. Não obtida a conciliação na audiência para este fim designada, será imediatamente iniciada a instrução ou designado dia para tanto. A defesa deverá ser apresentada na audiência de conciliação, bem como tratando-se de execução de título extrajudicial, a apresentação de embargos também ocorrerá na audiência de conciliação (art. 53, parágrafo único);

19. A sentença será sempre líquida, ainda que o pedido seja genérico (art. 34, parágrafo único);

20. Estabelecido o valor da condenação, será ineficaz a parcela que exceder os 40 salários mínimos, ressalvada a conciliação;

21. O Recurso Inominado será interposto no prazo de 10(dez) dias, podendo preparo ser efetuado em até 48 horas (art. 42), podendo o Juiz conceder-lhe o efeito suspensivo (art. 43);

22. O preparo do recurso engloba todas as despesas originariamente dispensadas (art. 54), no caso de não assistência gratuita;

23. Da decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados não cabe Recurso Especial, desde que nos limites de sua competência (Súmula 203, STJ);

24. Caberão embargos declaratórios (art. 48), no prazo de cinco dias (art. 49), que determina a suspensão do prazo no caso de JEPC (art. 50);

25. A execução do título judicial independará por parte do exeqüente de apresentação dos cálculos, contudo a exigência existe para o título extrajudicial (art. 53);

26. O processo de execução de título extrajudicial não será suspenso, mas extinto, ante a falta de bens do devedor;

27. Na execução não serão contadas custas, salvo quando reconhecida litigância de má-fé, Improcedentes os embargos do devedor ou tratar de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor;

28. Inexiste sucumbência, como regra, em primeiro grau, salvo litigância de má-fé;

29. As pessoas jurídicas não têm legitimação ativa perante o JEPC, mas poderão formular pedido contraposto (art. 8º, § 1º e art. 31), ou formalizar conciliação.

#### **4.2 Os Princípios Da Lei 9099/95 Para Alcance Da Efetividade**

Apresentamos neste capítulo os princípios existentes na Lei 9099/95, que além de nortearem, destacam-se na Lei em questão, com a finalidade de colocar o litigante o mais próximo possível de uma Justiça que lhe assegure o que de fato lhe é devido.

No seu art. 2º, a Lei n.9099/95, do Juizado Cível, destaca os seguintes princípios: *o da Oralidade; da simplicidade; o da informalidade, o da economia processual e da celeridade*, princípios estes que contribuem para a consecução de um resultado em concreto, propiciando, sem muita demora, o alcance do resultado pretendido, correspondendo ao que

dispõe o Princípio da Efetividade, qual seja, que a tutela prestada é de fato aquilo que se procura no Judiciário.

Portanto, a presença de cada princípio dentro do processo é de fato necessária, para que os jurisdicionados venham alcançar os seus objetivos perante o Judiciário, que por sua vez, ao aplicar a Lei em tela, deverá demonstrar que está empenhado e compromissado com os resultados esperados por aqueles, com observância à cada princípio em questão .

#### **4.2.1 Princípio Da Oralidade**

O princípio da Oralidade consagrado na Lei 9099/95 traduz-se da observância na forma oral no tratamento da causa, destinada a cumprir com inúmeras funções dentro do processo com a finalidade de agilizá-lo na consecução de seus resultados.

Este princípio apresenta inúmeras vantagens, a primeira de todas torna o procedimento mais ágil, como já dito, pois possibilita as partes de se manifestarem diante do magistrado, de exercitar, elas mesmas, uma influência decisiva no desenrolar da causa. Durante a conciliação, são as partes que se manifestam livremente, possibilitando maior compreensão que poderão resultar num consenso favorável a um acordo.

Outra vantagem é de que com a oralidade reduz-se ao máximo o número de audiências, bem como o prazo entre os atos processuais. Ademais, este princípio é favorável ao surgimento da aplicação de outros princípios que estão também implícitos na Lei dos Juizados Especiais Cíveis. Como exemplos, citamos o da economia processual e da celeridade. Além disso, outro princípio que está implícito é o da imediação, que consiste no contato do juiz da causa com os litigantes e as provas e por fim, este princípio visa possibilitar

um maior acesso à Justiça, haja vista que o litigante poderá oralmente solicitar perante o Juizado que o seu pedido seja reduzido a termo.

E Finalmente, diante das vantagens citadas quanto ao Princípio da Oralidade, destacamos, assim, o seu conceito:

representa um complexo de idéias e de caracteres que se traduzem em vários princípios distintos, ainda que intimamente ligados entre si, dando ao procedimento oral seu aspecto particular, dentre eles destacamos: o princípio de imediação, que exige o contato direto do juiz com as partes e as provas, a fim de que receba ele, sem intermediários, o material de que se servirá para julgar; e o princípio da concentração da causa em um período breve, reduzindo-se em uma única audiência ou em poucas em curtos intervalos. (GRINOVER, 1988, p. 291).

É mister destacar a importância do princípio da oralidade na Lei dos Juizados, pois em razão dele constata-se que há uma desistência de procura nas Varas Cíveis da Justiça Comum, pois em se tratando de litígios referentes às “pequenas causas”, os litigantes vêm preferindo procurar a tutela da Justiça Especial nessas causas, as quais são de sua competência, haja vista a desnecessidade de postularem em Juízo, com a assistência de advogado, até o valor permitido à demanda ou no caso de não existir recurso.

Dessa forma, o princípio da oralidade é fundamental para o procedimento do Juizado Especial Cível, no qual se exige a participação efetiva do jurisdicionado, em todas as etapas do procedimento que podem ser realizadas de forma oral, desde o momento em que se ingressa em Juízo, quando o seu pedido pode ser feito de forma oral pela parte e em seguida reduzido a Termo na Secretaria da Vara, na fase de conciliação na audiência, a parte também oralmente dispõe os termos dos acordos, caso cheguem à conciliação e também na audiência de instrução e julgamento poderá fazer a sua defesa oralmente.



#### **4.2.2 Princípio Da Simplicidade**

O princípio em questão está implícito na Lei nº. 9099/95, na qual um dos seus pressupostos de admissibilidade exclui as causas de maior complexidade. Além disso, a lei reza que os atos processuais sejam presididos por conciliadores e juízes leigos, despidos do formalismo a rigor na Justiça Comum.

Mediante este princípio também destacamos a possibilidade das partes postularem seus direitos sem a assistência de advogado, tendo assim a vantagem de não arcar com despesas com honorários de advogados.

Em vista deste princípio é que também se constata a presença de pessoas mais humildes, sem qualquer instrução formal, as quais buscam os Juizados Especiais para solucionarem suas lides, sem qualquer preparo, uma vez que se deparam com um procedimento simples, desprovido de um rigor formal e que acabam por se beneficiar com isso, obtendo com sucesso a solução de suas contendas, sem sequer compreender as questões de ordem processual, pois são pessoas leigas e quase sempre desconhecem o procedimento da Lei em tela, mas que mesmo assim acabam por ser beneficiadas.

A simplicidade diz respeito à noção de rapidez na solução dos conflitos e depende de que o processo seja simples no seu transmitir, sem exigências formais nos seus atos e termos, com a supressão de quaisquer fórmulas arcaicas, complicadas ou inúteis diante do procedimento utilizado na Lei dos Juizados Cíveis.

Dessa forma, é que se constata que nos Juizados Especiais a documentação dos atos processuais é bastante simplificada, somente se registrando os atos considerados essenciais, pois os demais atos poderão ser gravados em fita magnética ou de maneira equivalente. Ademais, o pedido formulado pelo autor, independe de distribuição e autuação,

necessário a designação da sessão de conciliação, providência pertinente à Secretaria do Juizado. Foi visando à existência desse princípio que o legislador não apontou na Lei em tela expedientes como Carta Precatória, Editais e outros pertinentes a causas mais complexas.

#### **4.2.3 Princípio Da Informalidade**

O princípio da Informalidade determina em síntese que os atos processuais devam ser informais, ou seja, despidos do apego à forma, como determina a lei a parte não necessita de advogado para postular em Juízo, bem como poderá ter o seu pedido oral reduzido a Termo, bem como no caso de existência de nulidade durante o decorrer do procedimento, os atos não alcançados pela nulidade serão aproveitados.

Com observância a esse Princípio, o Magistrado atua de maneira mais ativa, servindo como apoio à solução dos litígios, para possibilitar um resultado mais justo e atuando de forma a diminuir as desigualdades existentes entre as partes.

Depreende-se também que em razão deste Princípio a possibilidade de que os atos processuais sejam dirigidos por juízes leigos, os quais estão mais a par da vida de sua comunidade e aptos para contribuir com resultados positivos.

A informalidade aliada à simplicidade, por outro lado, revela a necessidade de se instituir um processo de natureza simples e destituído das exigências formais praticadas na Justiça Comum, possibilitando maior rapidez na solução dos conflitos, contudo, não comprometendo a celeridade procedimental.

Portanto, a informalidade, como princípio, norteia o processo especial, repercutindo sensivelmente em outros dispositivos da Lei dos Juizados Cíveis, fazendo com

que se reduza as exigências de formas dos atos processuais e contribuindo para a economia processual e a celeridade do procedimento.

#### **4.2.4 Princípio Da Economia Processual**

O Princípio da Economia Processual foi previsto expressamente na Lei n.9099/95 para determinar que se deva buscar o melhor resultado na aplicação do direito realizando um mínimo de atividades processuais.

Concernente aos ensinamentos de Ada Pellegrini Grinover, sobre o princípio da economia processual destacamos:

se o processo é um instrumento, não pode exigir um dispêndio exagerado com relação aos bens que estão em discussão, o mínimo de emprego possível de atividades processuais é o que deve existir, e mesmo que não se trate de bens materiais deve haver uma necessária proporção entre fins e meios, pois é o que este princípio preconiza o máximo resultado na atuação do direito com um mínimo de emprego possível de atividades processuais. (GRINOVER, 1990, p. 41).

Doutrinariamente, o princípio da Economia Processual tem no processo dos Juizados Cíveis uma outra conotação, relacionada com a gratuidade do acesso ao 1º grau de jurisdição, em que o litigante fica isento ao pagamento de custas devido à facultatividade de assistência às partes por advogado, que dessa forma também torna mais barato o custo para os litigantes, fundamentais para a economia de despesas, bem como de tempo e de atos processuais. É mediante este princípio que na Lei dos Juizados Cíveis encontra-se a existência do único recurso inominado, o qual é cabível, além dos embargos declaratórios.

Baseado neste princípio é que se espera, também, que as demandas sejam rápidas e eficientes na solução dos conflitos, devendo ser simples no seu tramitar, informais nos seus atos e termos, bem como econômicos e compactos nas atividades processuais, por ser o seu rito sumaríssimo, isto é um rito extremante rápido, por observância deste princípio.

#### **4.2.5 Princípio Da Celeridade**

O Princípio da Celeridade, na Lei n.9099/95, tem como objetivo permitir que o processo e os efeitos práticos deles decorrentes, ocorram de maneira rápida, fazendo justiça com brevidade, contudo, voltado para a segurança da decisão, ou seja, que se revista no sentido de se realizar a prestação jurisdicional com rapidez e presteza, mas que isso não venha acarretar prejuízo às partes, observando, assim, uma justa e correta decisão.

Segundo Reinaldo Filho (1999, p. 15), na obra já citada:

a essência do processo especial reside na dinamização da prestação jurisdicional, daí por que todos os outros princípios informativos guardam estreita relação com a celeridade processual, que em última análise é objetivada como meta principal do processo especial, por representar o elemento que mais o diferencia do processo tradicional aos olhos dos jurisdicionados.

De acordo com o mesmo autor, na Lei dos Juizados Especiais Cíveis, a observância à redução e simplicidade dos atos e termos, bem como a determinação da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, tudo enfim foi disciplinado com a intenção de imprimir mais celeridade ao processo nos Juizados Especiais Cíveis.

#### **4.2.6 Princípio da Conciliação**

Este princípio enfatiza a idéia de que com a conciliação as partes sempre têm a ganhar, ou seja, os dois lados de certa forma ao entrarem em consenso, resolvem a lide, desfazendo os conflitos de modo pacífico, sem perda de tempo e de modo objetivo, alcançando, assim, a finalidade da propositura da ação, ao mesmo tempo que se evitam os desgastes de tempo e dinheiro, ou decisão que cabe recursos. Dessa forma, com a conciliação antecipa-se o objeto da ação, com já dito, com alcance efetivo da propositura da ação.

No processo da Lei n.9099/95, o objetivo da conciliação é para que todos os esforços sejam efetivados ao alcance dela. Dentro de toda a fase do procedimento, os conflitos deverão ser eliminados, sem, no entanto, procurar causar transtornos às partes, que são livres para decidirem sobre a conciliação. A Lei em tela estabelece que havendo acordo, este deve ser reduzido a termo, bem como homologado pelo Juiz togado. Ademais, só após o cumprimento efetivo do acordo é que a ação será extinta. Dessa forma, temos um processo mais célere e plenamente eficaz, pois, como salientado, com a conciliação chega-se, assim, ao alcance efetivo da propositura da ação.

#### **4.3 O Procedimento Da Lei N.9099/95**

A ação perante a Justiça Especial nos Juizados Especiais Cíveis e segundo a Lei n.9099/95, considera-se ajuizada com a simples apresentação do pedido escrito ou oral feita pelo cidadão ou seu advogado no balcão de recebimento de pedido dos juizados. Desse modo, sem muito formalismo, pois não carece de despacho do juiz para ser considerada proposta a ação. Ademais, em face do princípio da simplicidade, não há que se falar nos Juizados Especiais Cíveis em indeferimento da petição inicial por defeito formal, só no caso de carência de ação.

O processo é gratuito e se instaura com a apresentação do pedido escrito ou oral à Secretaria da Vara. Se o pedido for oral, será de imediato reduzido a termo. Não há necessidade de postulação mediante advogado, nas causas não superiores a 20 salários mínimos, contudo se houver advogado não há necessidade de procuração, só no caso de existir poderes especiais no mandato.

De acordo com a Lei em tela, admite-se pedidos genéricos, alternativos ou cumulados. Os pedidos genéricos dizem respeito àqueles cuja extensão não se podem, desde logo, determinar, que só será aclarado e fixado durante ou ao final do processo. É admitido também o pedido alternativo que de acordo com o art. 15 compreende aquele cuja prestação por lei ou por contrato pode ser cumprida de mais de um modo. E finalmente, admite-se pedidos cumulativos, desde que obedecidas duas exigências, a primeira que sejam conexos, isto é que possam coexistir juridicamente, não se admitindo os incompatíveis entre si e a segunda que a soma de ambos não ultrapasse o limite fixado na lei, salvo no caso de competência em razão da matéria.

Segundo o procedimento da Lei dos Juizados Especiais Cíveis, temos que a regra geral da citação é pela via postal, excepcionalmente autorizada sua realização mediante Oficial de Justiça. A remessa postal da citação é feita com aviso de recebimento em mão própria e não se admite a citação por edital. Quanto às intimações, admite-se ampla liberdade no que concerne à forma de realização dessas, desde que sejam idôneas e apresente ser eficiente no que tange à sua finalidade.

Quanto à revelia, a Lei em tela dispôs que a ausência do réu a qualquer audiência, seja de conciliação, seja de instrução e julgamento, ou a sua presença, porém sem apresentação da resposta, tornam verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se do contexto fático e jurídico resultar o contrário da convicção do juiz. Dessa forma, pode-se constatar que o instituto da revelia é tratado de maneira diversa instituída na Justiça Comum, que estabelece que é a ausência de contestação que produz esses efeitos.

Quanto às audiências estabelecidas na Lei em questão, a de conciliação poderá ser conduzida pelo juiz togado, juiz leigo ou por conciliados. Obtida a conciliação, será reduzida a termo o acordo, valendo, depois de homologada a sentença, como título executivo judicial.

Não ocorrendo a conciliação, as partes poderão optar pelo juízo arbitral ou não e caso o autor falte à conciliação o processo será extinto.

Na audiência de instrução e julgamento não se observa os mesmos padrões convencionais da Justiça Comum. O termo de audiência é brevíssimo, constando dele apenas o registro dos fatos essenciais, bem como o juiz deverá após a colheita de prova, decidir o processo, atento ao princípio da celeridade imposto pela lei, que em razão disso estabelece que os incidentes processuais devam ser decididos imediatamente nessa audiência, assim que se apresentarem.

Durante a realização da audiência de instrução e julgamento o réu apresentará a sua defesa que pode ser a contestação e as exceções. A contestação pode ser oral, enquanto às exceções serão observada a forma escrita do nosso Código de Processo Civil. Como não se admite a reconvenção, o réu poderá apresentar pedido contraposto, observando os mesmos dispostos dos que ingressam em Juízo e em cumprimento ao princípio do contraditório é facultado ao autor manifestar-se sobre a defesa do réu.

A colheita de provas será feita na audiência de Instrução e julgamento e o juiz, em contato direto com as partes, poderá administrar melhor a apresentação das provas pelas partes, com o objetivo de inferir a verdade dos fatos, aproximando-se ao máximo da solução ideal solicitada pelo caso concreto.

Encerrada a instrução o juiz deverá proferir a sentença, a qual deverá conter breve resumo dos fatos relevantes ocorridos na audiência. Ainda que o pedido tenha sido genérico, poderá a sentença ser proferida de forma líquida.

Quanto aos recursos, a Lei dos Juizados Especiais Cíveis, somente há dois instrumentos de impugnação da sentença: recurso (inominado) e embargos de declaração. Caberá recurso extraordinário desde que o processo envolva questão constitucional. Para

admitir-se o recurso, a parte deverá ser representada por advogado e o prazo para interpor e responder o recurso é de 10 (dez) dias, devendo obedecer à forma escrita e acompanhar as razões e do pedido do recorrente. Processado o recurso, este só seguirá se pago o preparo, o qual também só será recebido no efetivo devolutivo. Os recursos serão julgados por uma Turma Recursal composta de 03 juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição.

O processo de execução na Lei em tela, observar-se-á por dois procedimentos, um para o título de natureza judicial e outro para o de natureza extrajudicial. No título executivo judicial o procedimento dispõe que, depois de garantido o juízo, poderá oferecer embargos à execução, na forma oral ou escrita e no que se refere aos títulos extrajudiciais não há lei previsão de embargos, contudo cabe a aplicação subsidiária do Código Processual Civil. Relativas às despesas, no primeiro grau de jurisdição, há isenção de custas, contudo, caso haja recurso, a parte deverá preparar o recurso e pagar aquelas despesas que foram dispensadas em primeiro grau de jurisdição.

Como apresentado neste capítulo, a efetividade na Lei dos Juizados Cíveis pode ser evidenciada, a partir do conhecimento do seu histórico, retratado nesse capítulo, bem como na apresentação da sua estrutura e dos seus princípios, todos já ressaltados, além dos prazos que foram estabelecidos no seu procedimento, quando se constata, assim, o alcance da Lei em tela para a consecução do acesso à Justiça de modo mais célere e eficaz, não obstante, sem comprometer o princípio do devido processo legal assegurado pela nossa Constituição Federal.

Para a existência da Efetividade na Lei n.9099/95 é mister que outros princípios, os quais foram declinados nessa pesquisa, devam estar também presentes nos Juizados Cíveis e ademais que seja observado fielmente o procedimento da Lei em tela, para que não o complique e comprometa a prestação da tutela, por conta de formalismo inexistente ou de outro obstáculo qualquer, que não figure na lei em questão e dessa forma venha resultar no



atraso da entrega da prestação jurisdicional ao tutelado ou que de igual modo possa dificultar-lhe o acesso à justiça.

## **5 OUTROS PRINCÍPIOS PARA O ALCANCE DA EFETIVIDADE**

Apresentamos, neste capítulo, outros princípios não consagrados de maneira explícita na Lei nº. 9099/95, mas que de outro modo estão presentes, como o da Acessibilidade, Operosidade, Utilidade e Proporcionalidade, os quais devem ser estabelecidos em concreto, para que o princípio da efetividade esteja de fato presente nos Juizados Especiais Cíveis.

Em Acesso à Justiça: Juizados Especiais Cíveis e Ação Civil Pública, Carneiro (1999, p. 57-96), destaca outros princípios que devam estar presentes nos Juizados Cíveis para verificação da existência do princípio da Efetividade, os quais são: o da Acessibilidade; o da Operosidade, o da Utilidade e da Proporcionalidade.

### **5.1 Acessibilidade**

Este princípio se traduz na existência de pessoas que, além de serem detentoras de direitos, são capazes de estar em juízo, sem nenhum impedimento de natureza financeira, desempenhando sem embaraço os instrumentos legais judiciais e extrajudiciais existentes, a fim de que venha possibilitar em concreto a efetivação dos direitos individuais e coletivos que organizam uma determinada sociedade.

De acordo com Carneiro (1999, p. 57), que para ocorra a acessibilidade é necessário que hoje o direito à informação chegue ao cidadão, para que tome conhecimento de seus direitos e de como possa utilizá-los, a fim de que acesse à Justiça e esta lhe seja real, assim, alcance a qualquer um que a procure. Por outro lado, esclarece que para garantir a acessibilidade deve-se observar a escolha ou indicação das pessoas mais adequadas para

efetiva defesa dos direitos, bem como a observância do custo financeiro do processo, o qual não pode inibir ou dificultar o acesso à Justiça, de quem quer que seja.

## **5.2 Princípio da Operosidade**

Este princípio diz respeito à parte operacional de como as Varas dos Juizados Cíveis funcionam, observando-se aí as pessoas quaisquer que sejam elas, que participam direta ou indiretamente da atividade judicial ou extrajudicial, que devam atuar de forma mais produtiva possível para assegurar o efetivo acesso à justiça. Para isso é indispensável não só o preparo para exercer bem a função que lhe foi atribuída, mas também a atuação ética de todos quantos participam dos instrumentos e dos institutos processuais para a consecução de uma melhor produtividade possível.

## **5.3 Princípio da Utilidade**

No passado, a opção do legislador foi a de privilegiar o aspecto da segurança em detrimento da rapidez, quando a parte buscava revolver um conflito na Justiça, quase sempre deparava-se com a demora na obtenção de um resultado, pois como sabido, quanto mais longo o procedimento, acreditava-se que maior seria o número de oportunidades de recursos que as partes poderiam utilizar e desse mister possivelmente mais justa será a decisão final.

Ao longo dos tempos, entretanto, e hoje em dia, mais precisamente, observa-se a busca pela celeridade das decisões para que não seja prejudicada a parte que provocou o Judiciário para obtenção da tutela jurisdicionada, que desse modo espera que a decisão

judicial não seja dada de maneira morosa, tampouco prejudique a efetividade da mesma, para que possa, ao final, usufruir o bem da vida que lhe foi designado na decisão, dessa forma, consagrando-se o princípio da Utilidade.

#### **5.4 Princípio da Proporcionalidade**

Este princípio deve ocorrer quando o Juiz tem de fazer uma escolha entre uma e outra interpretação, dentro de situações que a opção não se coloca, mas no campo da simples interpretação, mas alcança a disputa de duas normas, ou entre dois princípios que se encontra em conflito, e o julgador para sair deste dilema projeta e examina os possíveis resultados, fazendo a comparação entre o interesse em jogo e finalmente a opção, a escolha mais valiosa, ou que se harmoniza com os princípios e os fins existentes no direito.

## **6 VERIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE NO JUIZADO CÍVEL E O ACESSO À JUSTIÇA**

A verificação da Efetividade na Lei 9099/95, em concreto, na nossa pesquisa foi realizada mediante utilização dos dados de outras pesquisas realizadas nos Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal e noutros Estados, bem como coletas de dados estatísticos oficiais, além de informações colhidas em entrevistas de revistas e jornais, conforme destacamos neste capítulo.

### **6.1 Dados De Pesquisas De Outros Estados - O Acesso à Justiça**

Para reforçar a nossa tese de que a efetividade se encontra na Lei 9099/95, apresentamos dados de outras pesquisas realizadas noutros Estados brasileiros e que se encontram no anexo da nossa monografia, que são pesquisas realizadas nos Estados do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, bem como a pesquisa realizada pelo Ministério da Justiça em 09(nove) Estados Brasileiros.

A pesquisa do Rio de Janeiro encontra-se na Dissertação de Paulo Cezar Pinheiro Carneiro, cujo título é *Acesso à Justiça: Juizados Especiais Cíveis e Ação Civil Pública. Uma Nova Sistematização da Teoria Geral do Processo*, que foi realizada em 1999 e a pesquisa é referente aos dados coletado no I JEC de Niterói-RJ no ano de 1998.

Encontra-se no Anexo 3 da nossa pesquisa um gráfico dos processos distribuídos no 1º JEC de Niterói, no Rio de Janeiro, referente à pesquisa realizada por Paulo Cezar Carneiro, no ano de 1998, ressaltamos que os dados do gráfico apresentado são referentes tão-somente à sua movimentação. Com relação à movimentação dos processos nesse Juizado, o

autor esclarece que, no período de março a setembro houve crescente aumento, sendo que no mês de março foram ajuizadas 274 ações enquanto no mês de setembro do mesmo ano foram ajuizadas 547 ações.

Das pesquisas que Carneiro realizou nos Juizados Cíveis nos anos de 1994, 1997 e 1998, no Rio de Janeiro, concluiu que alguns Juizados apresentavam instalações deficientes, estruturalmente; com improvisações que resultavam em certa desorganização dos serviços, que acabavam determinando um funcionamento inadequado, especialmente no que concerne ao atendimento ao público e às audiências de conciliação. Contudo, concluiu que a crescente procura aos Juizados demonstra por outro lado o acesso à Justiça de “pequenas causas”.

Quanto à pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, encontra-se publicada na Revista dos Juizados Especiais – Doutrina e Jurisprudência n°s 34/35, dos meses de abril/agosto de 2002 e foi realizada por Wilson Carlos Rodycz, Desembargador aposentado do TJRS e a pesquisa em questão foi desenvolvida no período de 04 de outubro a 29 de novembro de 1999, no Posto do Juizado Especial Cível que funciona na AJURIS, o qual é uma sucursal do 5º Juizado Especial do Foro Central de Porto Alegre-RS.

De forma geral, a pesquisa em tela apresenta os seguintes dados: os processos distribuídos durante o ano de 1999 totalizaram em 21,55% em comparação aos distribuídos na Justiça Comum, dentre as naturezas das causas propostas sobressaíram as de cobrança com 32,9%, Indenizatória com 23,8% e Reparação de danos com 15,4%. Quanto à qualidade do atendimento, 77% respondeu que era bom, o tempo de solução do caso 54,2% respondeu rápido e quanto ao grau de satisfação 80% respondeu satisfeito e finalmente 96% afirmou que utilizaria o Juizado novamente.

Finalmente, apresentamos alguns dados da pesquisa dos Juizados Especiais Cíveis, realizada pelo Ministério da Justiça, e divulgada no dia 31 de maio do corrente ano, a qual pode ser encontrada no site da INTERNET [www.mj.gov.br/reforma](http://www.mj.gov.br/reforma), que em linhas gerais,

apresenta um estudo realizado nos Juizados Especiais Cíveis de 09(nove) capitais brasileiras: Macapá, Salvador, Fortaleza, Goiânia, Belo Horizonte, Belém, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo. O estudo foi realizado entre dezembro de 2004 e fevereiro de 2006. Ao todo, foram analisados 5.771 processos distribuídos em 2002.

Essa pesquisa conclui que as principais reclamações envolvem relações de consumo (37,2%), acidentes de trânsito (17,5%) e cobrança de dívidas (14,8%). Cerca de 94% dos reclamantes são pessoas físicas e 49% dos reclamados são pessoas jurídicas. A capital com maior índice de reclamação de consumo foi o Rio de Janeiro (79%), seguido por Belo Horizonte (55,3) e São Paulo (50,8%).

A pesquisa revelou, ainda, uma baixa taxa de conciliação (34,5%), que leva em torno de 65 a 70 dias para ser alcançada. Já os julgamentos que exigem execuções de sentença (15,3%) chegam a durar, em média, 649 dias. Quanto à estrutura dos Juizados, alguns apresentam condições precárias de funcionamento, como ausência de mesas e cadeiras, além de iluminação inadequada. Por outro lado, noutros Juizados, notaram-se investimentos em tecnologia e rapidez no agendamento de audiências.

Dessa forma, nesse capítulo, procuramos retratar o desempenho dos Juizados Especiais Cíveis nos Estados apresentados nas pesquisas, com o objetivo de demonstrar que o acesso à Justiça de “pequenas causas” é uma realidade no nosso país, apesar das dificuldades também apontadas nas pesquisas.

## **6.2 A Estrutura Dos Juizados Cíveis No Distrito Federal**

A estrutura dos Juizados Especiais Cíveis, aqui, apresentada está consoante ao site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Dentro da estrutura dos Juizados

Especiais Cíveis do Distrito Federal, os usuários que dispõem de INTERNET podem acessar o site do TJDF, no qual encontram modelos de petições, que podem ser copiadas e adaptadas no que melhor enquadrar a ação do demandante e após, é só se dirigir aos Juizados, para protocolizar a sua petição, momento também quando será procedida a marcação da audiência de conciliação.

Nesse mesmo site encontramos informações gerais para as partes, autor e réu, de como proporem ações e como se defenderem, bem como informações sobre direitos e as leis para o seu enquadramento. Além de informações acerca também dos funcionamentos dos Juizados Itinerantes e de Trânsito.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios é o órgão ao qual estão vinculados os Juizados Especiais em todo o Distrito Federal. Esta vinculação é apenas administrativa, pois o Tribunal não julga nenhuma ação de competência dos Juizados Especiais, nem diz aos Juízes como devem julgar as ações.

A Coordenação Geral dos Juizados Especiais tem por finalidade propor medidas de natureza administrativa no sentido de agilizar os procedimentos e tornar mais efetiva a atividade jurisdicional. Além disso, centraliza as atividades de recrutamento e treinamento de conciliadores.

Ademais a Coordenação Geral é também um foro de discussão jurídica de temas ligados aos Juizados Especiais. Periodicamente, os Juízes se reúnem para debater questões comuns e uniformizar procedimentos. Atualmente, a Coordenação está a cargo de dois Juízes de Direito e vinculada à Corregedoria.

As Turmas Recursais, em número de duas, são compostas por três Juízes de Direito cada uma, além de igual número de suplentes, e têm atribuição para o julgamento dos recursos contra as decisões dos Juízes dos Juizados Especiais. As decisões são colegiadas e



tomadas por maioria de votos. Cada Turma Recursal tem uma Secretária, e todas funcionam junto aos Juizados Especiais de Brasília.

Os primeiros Juizados Especiais do Distrito Federal foram criados em 1996. Em 1998 foram ampliados para todas as Circunscrições Judiciárias localizadas nas cidades satélites. Atualmente o número de Juizados no DF chega a 40, que respondem por 60% de toda a demanda judicial. Do total de Juizados, 16 são cíveis, 10 são criminais e 14 têm competência geral. Alguns Juizados, como o Juizado Itinerante, o Juizado Volante, e o Juizado Central Criminal têm características bem peculiares, quanto a maneira de atender ao jurisdicionado, deslocando-se para locais, os quais não são acessíveis aos que necessitam de atendimento, no caso do Itinerante, ou no caso do Volante que dar atendimento no local do acidente.

### **6.3 Juizados Especiais do Distrito Federal – O acesso à Justiça**

Para melhor compreendemos o funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal, visitamos a 1ª Vara do Juizado Cível de Sobradinho-DF, quando entrevistamos três servidores e dois conciliadores, conforme as perguntas contidas no Anexo 1 deste estudo e a partir das respostas obtivemos os dados a seguir apresentados.

No que se refere à localização, espaço físico, instalação e horário de funcionamento, na nossa visita constatamos que a 1ª Vara do Juizado Especial Cível de Sobradinho-DF está localizada no Fórum pertencente à Circunscrição Judiciária de Sobradinho-DF, que por sua vez está localizado no Setor Central dessa Cidade, num local que facilita o acesso dos usuários, bem como por dispor de uma adequada localização propicia tranquilidade aos que dependem de transportes coletivos.

Em relação aos espaços físicos do Juizado Cível de Sobradinho, verifica-se que este está dividido por setores: a Secretaria, onde funciona o atendimento da 1ª Vara do Juizado, na qual se realiza o atendimento inicial e toda movimentação processual. O Setor de Redução a Termo está localizado em sala separada, na qual se realiza o atendimento também ao público para serem reduzidos a termos os pedidos que formulam os autores das pequenas causas. Uma sala maior para a realização das audiências de Conciliações, na qual se encontra mesas e computadores para que os conciliadores possam utilizar durante as audiências. E uma sala de audiências de instrução e julgamento, audiências que são realizadas pelo Juiz de Direito da Vara em questão.

Ademais, existe uma sala para o Núcleo de Prática Jurídica das Faculdades de Direito do DF, na qual os estagiários de direito dessas Faculdades prestam atendimento à população carente no que se refere à Lei 9099/95, não só para dar orientação aos usuários, bem como para acompanhá-los nas audiências de Conciliação e Instrução e Julgamento, quando for necessário.

Dentro deste espaço físico onde se localiza o Juizado Cível de Sobradinho, as partes dispõem, próximo ao corredor das Varas, de um local de espera, enquanto aguardam a vez de serem chamados às audiências.

Ressaltamos que as salas dos Juizados são todas equipadas com computadores e outros equipamentos necessários ao desenvolvimento adequado do trabalho, bem como apresenta um eficiente corpo de servidores capacitado para um bom desempenho de atribuições, questões essas refletidas durante as entrevistas. Além disso, conta o Juizado Cível com o serviço de assistência gratuita para os jurisdicionados carentes. E, finalmente, o horário de funcionamento dos Juizados é das 12 horas às 19 horas, o mesmo o horário estabelecido para o atendimento ao público de maneira em geral do Fórum de Sobradinho-DF.

Desse modo, pode-se constatar, pela pesquisa realizada, que o Juizado Cível de Sobradinho está dotado de espaços físicos adequadamente divididos, com o intuito de permitir o atendimento digno e para realizar os seus atos, próprios dos procedimentos, com tranquilidade e privacidade necessárias a um bom desempenho.

Os servidores entrevistados foram em número de três, que responderam consoante o questionário do Anexo 1.1 da pesquisa. Conforme respostas obtidas, temos que os servidores de modo geral possuem formação superior, ou de nível médio, mas somente os servidores que atuam na Redução A Termo possuem graduação em Direito, bem como o Diretor da Vara e seu Substituto.

Contudo, quem atua no atendimento ao público deve estar devidamente preparado para prestar as orientações dos jurisdicionados que buscam os serviços do Juizado para obter deste a sua tutela efetiva.

Além de estarem preparados para atuarem no atendimento ao público de modo eficaz, o servidor da Vara tem outra preocupação de que a orientação e o encaminhamento do caso, no qual estão atuando, têm que ser feitos de maneira segura e correta, pois a parte é leiga e ela procura no atendimento dos servidores do Juizado o mesmo que procuraria no advogado que contratasse para atuar no seu caso.

Portanto, os servidores de maneira geral demonstram na pesquisa que estão cômicos da suas responsabilidades quanto ao atendimento diferenciado dos casos que se apresentam nos Juizados, realizando os atendimentos de maneira que não se descuidem tampouco prejudiquem as partes quando das orientações e realizações dos seus atendimentos.

Cabe frisar que apenas dois conciliadores foram entrevistados conforme o questionário do Anexo 1.2 dessa monografia. Na ocasião da pesquisa foi-nos informado que a 1ª Vara do Juizado Especial Cível contam com no máximo de quatro conciliadores

diariamente para realizarem as audiências de conciliações, que, dependendo da pauta, são realizadas em média 20(vinte) audiências por dia. Os conciliadores entrevistados esclareceram que em média realizavam até 04(quatro) audiências de conciliações e em 80% dos casos realizavam acordos. Esclareceram que os casos, nos quais quase sempre são marcadas audiências de instrução e julgamento, são os relativos às causas de danos causados por acidentes em veículos.

Os entrevistados informaram que atuavam como conciliadores há algum tempo e que em razão disso apresentavam estar seguros das suas atuações, além de que os casos sempre se repetiam e a condução deles era sempre da mesma forma, embora houvesse exceções, contudo os casos levados às audiências de instrução de julgamento quase sempre resultavam em acordos.

Na entrevista, os conciliadores esclareceram que para trabalharem nos Juizados Especiais do Distrito Federal é necessário fazer um pequeno curso ministrado pelo TJDF, e, ao final do qual recebem certificado e assim poderão atuar como conciliadores nos Juizados Especiais.

Quanto às audiências de Instrução e Julgamento, o juiz da 1ª Vara do Juizado Especial Cível de Sobradinho é quem realiza as audiências de instrução e julgamento, quando nas audiências de conciliações não há acordo. Tendo em vista o princípio da oralidade, a audiência é quase toda realizada partindo-se desse princípio, quando o juiz da Vara, após renovar os termos da audiência de conciliação para que as partes se convençam de que um acordo possa ser realizado, não obtendo sucesso, tem que partir para a instrução.

É na instrução que ouvirá diretamente as partes, as quais deverão apresentar as provas na audiência e tudo tem que ser realizado de maneira simples, pois as partes são leigas e nas muitas vezes não estão representados por advogados. Contudo, se uma das partes está representada por advogado e a outra parte não, caso o juiz constate que esta se encontra em

desvantagem, poderá convocar um defensor público ou estagiário do Núcleo de Prática Jurídica.

O juiz do Juizado Especial, como sabido, deve proceder diretamente à colheita de provas durante a realização da audiência visando à solução do conflito, bem como ao proferir as suas decisões, o magistrado procurará estar mais próximo da realidade da causa e atuando de acordo com os princípios existentes da Lei dos Juizados Cíveis para que as suas decisões de fato sejam as buscadas pelos jurisdicionados, ou seja, que a tutela encontrada seja real e que seja de fato efetiva para cada caso solucionado.

Os servidores entrevistados informaram, ainda, que após o atendimento inicial, a parte é conduzida para Sala de Redução a Termo, onde são formularizados os seus pedidos e também distribuídos, momento em que é marcada a audiência de Conciliação. O prazo para marcação dessa audiência não ultrapassa 15 (quinze) dias. Informaram também que no caso de não haver acordo na audiência de Conciliação, a parte terá a audiência de Instrução e Julgamento marcada no prazo máximo de trinta dias, caso a pauta de audiência não esteja completa e se não houve pendências. E, o período para a consecução da tutela, normalmente, não ultrapassa a três meses. Contudo, dependendo do caso, o prazo para resolução da contenda não ultrapassa a um mês.

Além da visita ao Juizado Especial de Sobradinho-DF, apresentamos os dados da movimentação da Vara em tela, a partir da estatística oficial. Os resultados da movimentação da 1ª Vara do Juizado Especial Cível de Sobradinho, referentes aos anos de 1999(ano de sua criação) e do ano de 2003, e a comparação do ano de 2003, referentes às tabelas 2.1; 2.2 e 2.3, que estão no Anexo 2 da presente monografia.

De acordo com esses dados, podemos verificar que a movimentação do ano da criação em 1999, apresentou o total de 1037 ações. Em comparação com o ano de 2003, que foi de 1236, entende-se como sendo um resultado significativo, pois resultou na diferença de

199. Registrando, assim um aumento considerável pela procura desse Juizado. Com relação ao desempenho da Vara, o ano de 2003 também apresenta um acréscimo em relação ao ano de sua criação, quando foram realizadas 202 audiências em 1999, enquanto no ano 2003 o total foi de 930 audiências. Dessa forma constata-se, também, que houve um bom desempenho no que tange à tramitação dos processos na Vara tela.

Com relação ao funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília-DF, encontramos dados referentes à atuação destes na Revista O Magistrado, do ano IV, nº. XXIX, agosto/2004, nas páginas 18 e 19, no artigo de Jonathan Pinato, *Pequenas Causas: Justiça a qualquer preço*, na qual a entrevista feita com o Coordenador dos Juizados Cíveis de Brasília, Ryan Zanchet, este afirmar que os Juizados Cíveis nunca foram tão buscados pela população quanto no ano de 2003, que desse modo para corroborar a sua afirmativa apresenta um gráfico do número de casos nos Juizados Especiais Cíveis do DF no ano de 2003, o qual encontra-se no Anexo 3 do nosso estudo.

No artigo de Darse Junior: Pequenas Causas, Grandes Resultados, publicado no Correio Braziliense, na Seção Direito e Justiça do dia 26 de agosto de 2003, p.12, a entrevistada foi a Juíza de Direito e Coordenadora dos Juizados Cíveis do DF, Dr<sup>a</sup>. Rita Ciarlini, que informa os resultados das ações que foram julgadas nos Juizados Especiais do DF no ano de 2003, ressaltando que houve um aumento de 35 mil no primeiro trimestre de 2002 para 46,7 mil no mesmo período de 2003, ou seja, a quantidade de processos apreciados nos Juizados Especiais cresceu 33,4% em apenas um ano. Ressaltou, ainda, que o crescente interesse da população na procura dos Juizados Cíveis é devido ao aumento da qualidade de Varas de Juizados Especiais existentes no DF, pois as ações demoram, no máximo, dois meses para serem julgadas, a contar do dia em que a pessoa entra com o pedido e que muitos processos são concluídos num espaço de tempo menor que esse, já na audiência de conciliação quando resultam em acordo.

Tanto na entrevista do Diretor quanto na entrevista da Juíza Coordenadora dos Juizados Especiais do Distrito Federal, encontramos elementos que corroboram a nossa afirmação da existência da Efetividade na Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

A partir dos dados das pesquisas realizadas, bem como dos dados encontrados nos artigos citados, referentes aos desempenhos dos Juizados Cíveis do Distrito Federal e de outros Estados brasileiros, colhemos, assim, elementos para afirmar que sob o aspecto da procura dos cidadãos pelos Juizados do nosso país, este dado é muito significativo, haja vista que a procura tornou-se sobremaneira muito maior a cada ano. E, em vista disso, concluímos como sendo o reflexo de um trabalho do Judiciário, que passou a prestar um serviço eficiente, consoante aos objetivos pelos quais os Juizados foram criados, ou seja, oferecendo um acesso fácil, com resultado efetivo, decorrente da celeridade e de outros mecanismos utilizados.

Desse modo, pode-se constatar, a partir do resultado dessas pesquisas, que o acréscimo de acesso aos Juizados Especiais Cíveis, no sentido do ingresso em Juízo, é significativo a cada ano. Contudo, isso tem refletido negativamente em alguns Estados brasileiros, pois com o volume de ações aumentando em cada mês, a estrutura dos Juizados nesses Estados se ressentem, por não comportar tamanha demanda.

Da mesma forma, isso irá refletir-se também na entrega da tutela jurisdicional, que passa a ser prestada com menos celeridade e conseqüentemente, interfere no acesso efetivo à Justiça do jurisdicionado, no sentido de não obter o seu direito subjetivo de conformidade com a Lei dos Juizados, qual seja, com a necessária rapidez que os casos dos pequenos litígios exigem.

Embora dados apresentados nessas pesquisas apontem pontos divergentes, isso só demonstra que há muito para ser feito, a fim de que os Juizados Cíveis do nosso país se aparelhem para melhorar o seu atendimento, bem como para poder operar de modo mais efetivo, empregando os meios adequados, capacitando os servidores e outros operadores do

direito que atuam nesses juizados, para que se possa obter um resultado satisfatório, com o alcance da efetividade na maioria dos casos, e ademais que não seja obstruído o acesso dos jurisdicionais, quer seja no sentido de ingresso em Juízo, quer seja no acesso para a obtenção da solução da lide de modo eficaz e célere.

Não obstante, podemos afirmar que os dados das pesquisas que foram aqui apresentadas demonstram, por outro lado, que a efetividade na Lei n.9099/95 propicia um acesso à Justiça, conforme esperado no nosso estudo, bem como que a Lei em tela só contribuiu até o presente momento para divulgar a eficiência do desempenho do Judiciário no que tange aos pequenos litígios que são propostos nos Juizados Especiais Cíveis de todo o Brasil.



## CONCLUSÃO

Ao final do nosso estudo, podemos constatar que, desde que se iniciou a busca pela efetividade do processo, os Estados de todo o mundo, de maneira geral, procuraram editar leis que propiciariam o acesso à Justiça, que durante muito tempo, como ficou ressaltado na nossa pesquisa, foi privilégio de poucos, os quais pertenciam a uma camada social mais abastada e em vista disso possuíam recursos para superar as dificuldades que o Sistema do Judiciário, via de regra, impunha-lhes e, por outro lado, quase sempre se apresentava bastante ineficaz diante das decisões dadas aos conflitos, contrariando as expectativas dos jurisdicionados.

Ademais, havia o entendimento de muitos processualistas e juristas que defendiam a demora na solução das lides, pois isso demonstrava a segurança de um bom desempenho do Judiciário. Ocorre que os pequenos litígios quase sempre acabavam por não serem julgados e a outra parte de outra forma sempre era beneficiada pela prescrição da ação, devido a essa demora. Desse modo, as pessoas passaram a não procurar o Judiciário para solicitar a tutela dos litígios, relativos às pequenas causas, não só as pessoas pobres, como qualquer outra, independente da condição econômico-financeira, pois estas estavam desacreditadas do Poder Judiciário, que vivia sobrecarregado com outras contendas, que não as dos pequenos litígios.

De sorte que deflagraram vários movimentos dentro do Direito, a nível mundial, durante o período do Estado Liberal, reivindicando mudanças na estrutura do Poder Judiciário e modificações nas legislações processuais para que houvesse o acesso à Justiça, no sentido de Princípio já consagrado na Constituição, foi a partir daí que passaram a existir avanços, em razão de muitos operadores do direito começarem, assim, a exigir também modificação na estrutura do Poder Judiciário, para que este deixasse de ser menos limitado e ficasse mais atento às reivindicações da sociedade, para não só facilitar o acesso de todos à Justiça, como

também para entregar uma tutela mais efetiva e que apresentasse maior celeridade nas suas decisões.

Nessa direção, no dizer dos doutrinadores, no Brasil esses movimentos passaram a ser significativos, haja vista as deficiências apresentadas na administração da Justiça e só passaram a existir com a redemocratização do nosso país, iniciada com a promulgação da Constituição de 1988, quando os princípios ensejadores do acesso à Justiça passaram a fazer parte do nosso ordenamento jurídico.

A Lei n. 9099/95, dos Juizados Especiais Cíveis, então, foi instituída dentro da norma Constitucional, como uma modalidade de processo que não onerava às partes, tampouco o Estado, com a finalidade essencial de promover uma tutela efetiva de direitos, para possibilitar ao cidadão rico ou pobre o acesso à Justiça, nas causas relativas aos pequenos litígios de modo rápido, eficaz e efetivo.

Para garantir esse acesso à Justiça, foi que na Lei n.9099/95 inseriram-se artigos que permitiam a sua efetividade, enquanto instrumento de atuação não só dos jurisdicionados quanto dos operadores do direito. Desse modo é que constatamos dentro do nosso estudo a preocupação do legislador ao inserir artigos na Lei em tela para que a efetividade passasse a ser seu objetivo. Como exemplo citamos o seu artigo 2º, quando dispõe de critérios pelo qual o processo deva ser orientado, que na nossa pesquisa apontamos como princípios para obtenção de uma tutela efetiva, que são, assim, destacados: oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade e a conciliação ou a transação.

Outro artigo que consideravelmente foi o responsável pela maior procura do acesso ao Judiciário, foi o artigo 9º da Lei em questão, que permite ingressar em Juízo sem a postulação de advogado nas causas cujos valores não ultrapassem a 20(vinte) salários mínimos e a partir daí só mediante representação de advogado e no caso de recorrer da decisão proferida pelo juiz da causa.

O sucesso da Lei n. 9099/95 decorre também dos prazos que foram nela estabelecidos, para que se observassem maior celeridade ao seu rito, bem como a dispensa de pagamento de custas até a decisão de 1º grau, dentre outras apresentadas na Lei nº 9099/95, como também a instituição da litigância de má fé, para que nenhuma das partes criasse embaraço à Justiça, com atos protelatórios.

Frise-se que as demandas relativas ao Direito do Consumidor são as que os cidadãos, hoje em dia, mais recorreram ao Judiciário, haja vista que todos nós de alguma maneira somos consumidores e dessa forma, quase sempre, estamos estabelecendo relação de consumo no comércio, daí que surgem as mais diversas controvérsias. Controvérsias estas que, antes da Lei n. 9099/95, dependendo do seu valor, quase nunca eram levadas ao Judiciário, pois, como dito, ficavam sempre relegadas a um segundo plano, em vista do pequeno valor da causa, da qual os consumidores procuraram, por outras vias, compensar o prejuízo ou, de outra forma, aceitá-lo conformadamente.

Em suma, dessa forma verificamos que o princípio da efetividade da Lei n. 9099/95 para o acesso à Justiça está presente em seu bojo, como forma de mecanismos efetivos, para o alcance de uma tutela real, célere e eficaz nas causas de valores pequenos, que são assegurados na Lei em tela, e é daí que se extraí a constatação de tanto sucesso apontado nas pesquisas empíricas constantes neste estudo, as quais demonstram o grande volume de ações distribuídas em todos os Juizados Cíveis dos Estados brasileiros, bem como no Distrito Federal, conforme verificamos no Anexo 3, referente ao gráfico que apresenta o número de casos nos Juizados Especiais Cíveis do ano de 2003 no DF, como também os números apresentados pela Drª Rita Ciarlini, que aponta o aumento da procura do Juizado no ano de 2003, citando que entre os períodos do primeiro trimestre de 2002 e de 2003 a diferença entre estes é de 33,4%.

Não obstante, conforme já ressaltado no presente estudo, as pesquisas empíricas mostraram, também, pontos divergentes quanto o acesso à Justiça em alguns Estados brasileiros, mas que não tiram o brilho e tampouco desqualificam a certeza da efetividade na Lei n.9099/95. Razão pela qual a Lei em tela, em concreto, deva ser fielmente observada na sua integralidade, para que não se comprometa o objetivo para o qual foi criada: a efetividade do acesso à Justiça nas causas relativas aos pequenos litígios.

Acreditamos, também, que o Governo Federal deveria providenciar a uniformização do atendimento nos Juizados Especiais em todo o país, propiciando recursos materiais para obtenção de compra de equipamentos necessários e meios para adequar às instalações de todos os Juizados, além de promover, com frequência, cursos a todos profissionais ligados à área, a fim de que a efetividade existente na Lei n.9099/95 passasse, de fato, a ser comprovada em âmbito nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Luiz Otavio de Oliveira. *O processo que precisamos, a justiça que merecemos!* Jus Vigilantibus, Vitória, 28 jul. 2003. Disponível em: <[http://jusvi.com/doutrinas\\_e\\_pecas/ver/360](http://jusvi.com/doutrinas_e_pecas/ver/360)>. Acesso em: 02 fev.2006, 21:00
- BADARÓ, Marcelo Jodas. *O Juizado Especial Cível e a comunidade*. Jus Navigandi, Teresina, a. 5, n. 51, out. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2129>>. Acesso em: 02 fev.2006, 21:00
- BARROSO, Luís Roberto. *O Direito Constitucional e a Efetividade de suas normas*. Rio de Janeiro: Renovar, 1990.
- BARROSO, Marcelo Lopes. *A Lei dos Juizados Especiais e o Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional*. Jus Navigandi, Teresina, a. 5, n. 49, fev. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=824>>. Acesso em: 22 abr.2006, 20:00.
- BRASIL.Constituição(1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Rideel, 2004.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil, Vol.I*, 10 ed., Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.
- CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Brian. *Acesso à Justiça*, Trad. Ellen Gracie Nortfleet Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1988.
- CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Acesso à Justiça: Juizados Especiais Cíveis e Ação Civil Pública, Uma Nova Sistematização da Teoria Geral do Processo*, 1 ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- CESAR, Alexandre. *Acesso à justiça e cidadania*, Mato Grosso: EdUFMT, 2002.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Reforma do Código de Processo Civil*, São Paulo: Malheiros, 1995.
- DINARMARCO, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do Processo*, 5 ed., São Paulo: Malheiros Editores, 1996.
- GOMES, Victor André Liuzzi. *O princípio da efetividade e o contraditório*. Jus Navigandi, Teresina, a. 8, n. 460, 10 out. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5789>>. Acesso em: 02 mai 2006, 19:00.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. *Novas Tendências do Direito Processual*, 3. Ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. *Participação e Processo*. São Paulo: Editora RT, 1988.
- HUTTER, Rodolf. *Os princípios processuais no Juizado Especial Cível*, São Paulo: Iglu, 2004.

LAGUARDIA, José Mário Garcia. et al. *Acesso à Justiça e Cidadania, Cadernos Adenauer 3*, São Paulo: Fundação K, Adenauer, maio/2000.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Efetividade do Processo e Tutela de Urgência*. Porto Alegre: Fabris, 1990.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela Antecipatória, Julgamento Antecipado e Execução Imediata da Sentença*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/reformas/>>. Acesso em: 10 jun. 2006, 20:00.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*, 8 ed, São Paulo: Atlas., 2000.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro de. Efetividade e processo de conhecimento. São Paulo: *Revista de Processo*, 96: 59-69, out/dez. 1999.

PARIZATTO, João Roberto. *Manual Prático do Juizado Especial Cível*, Minas Gerais: Parizatto, 2001.

PINATO, Jonathan. Pequenas Causas: Justiça a qualquer preço, Distrito Federal: *O Magistrado em revista*, IMAG-DF, Ano IV, n° XXIX, p.18/19 agosto, 2004.

REINALDO FILHO, Demócrito Ramos, *Juizados Especiais Cíveis, comentários à Lei 9099/95*, 2 ed, São Paulo: Saraiva, 1999.

RODRIGUES, Décio Luiz José. *Juizados Especiais Cíveis*. São Paulo: Fiúza, 1996.

RODYCZ, Wilson Carlos. A efetividade dos Juizados Especiais Cíveis, A questão do acesso à Justiça, Porto Alegre: *Revista dos Juizados Especiais: doutrina-jurisprudência*, v. 3, n° 34/35, 2002.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras Linhas do Direito Processual Civil, Vol. I*, São Paulo, Saraiva: 1990.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF. Disponível em: <<http://www.tjdf.gov.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2006, 19:30.

## **ANEXO 1**

### **1.1 Questionário utilizado na entrevista dos servidores:**

- 1) Qual o grau de escolaridade?
- 2) Qual a sua atribuição?
- 3) As partes demonstram conhecer a Lei n. 9099/95?
- 4) Que orientações são passadas as partes?
- 5) As partes encontram o atendimento necessário a que visam encontrar?
- 6) Como é feita a redução a termo dos pedidos?
- 7) Quando é marcada a audiência de Conciliação?
- 8) No caso de não acordo, qual o prazo para marcação da audiência de Instrução e Julgamento?
- 9) Quem realiza a audiência de Instrução e Julgamento?
- 10) Qual é o tempo para a solução de uma lide?

### **1.2 – Questionário utilizado na entrevista dos conciliadores**

- 1) Como se habilitou para ser Conciliador?
- 2) Há quanto tempo atua como Conciliador?
- 3) O fato das partes serem pessoas leigas encontra dificuldades para realizar a audiência de Conciliação?
- 4) Tem encontrado dificuldade para convencer as partes a realizar acordos?
- 5) As partes demonstram interesse em conciliar-se?
- 6) Qual é o número de casos que atende por dia?
- 7) Qual é a proporção dos acordos realizados em vista do número de casos?
- 8) Que casos são levados a não realizar a conciliação?

## ANEXO 2



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

ESTATÍSTICA GERAL DAS CIRCUNSCRIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL DE JANEIRO/1999 A DEZEMBRO/1999

Circunscrição: Sobradinho

Órgão/Vara: Juizado Especial Cível/Primeiro Juizado Especial de Comp Geral de Sobradinho

DESCRIÇÃO MENSAL	SOBRADINHO	TOTAL
Processos Distribuidos	1037	1037
Processos Arquivados	592	592
Audiências Realizadas	202	202
Processos Remetidos à T. Recursal	12	12
Decisões Interlocutórias Proferidas	0	0
Sentenças Proferidas(Tipo1)	591	591
Sentenças Proferidas(Tipo2)	312	312
Sentenças Proferidas(Tipo3)	0	0



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

ESTATÍSTICA GERAL DAS CIRCUNSCRIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL DE JANEIRO/2003 A DEZEMBRO/2003

Circunscrição: Sobradinho

Órgão/Vara: Juizado Especial Cível/Primeiro Juizado Especial de Comp Geral de Sobradinho

DESCRIÇÃO MENSAL	SOBRADINHO	TOTAL
Processos Distribuidos	1236	1236
Processos Arquivados	1825	1825
Audiências Realizadas	930	930
Processos Remetidos à T. Recursal	24	24
Sentenças Proferidas(Tipo1)	915	915
Sentenças Proferidas(Tipo2)	716	716
Sentenças Proferidas(Tipo3)	0	0

Fonte: TJDF



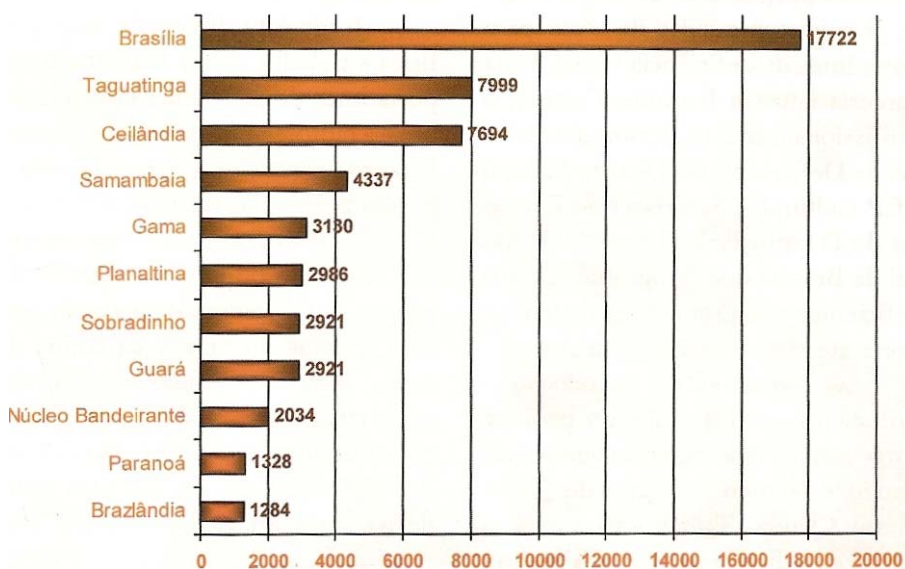
## 2.2 –TABELA Nº. 3 COMPARAÇÃO DOS DADOS DE ESTATÍSTICAS

<b>Descrição mensal</b>	<b>Ano 1999</b>	<b>Ano 2003</b>	<b>Resultado da diferença entre os anos</b>
<b>Processos Distribuídos</b>	<b>1037</b>	<b>1236</b>	<b>199</b>
<b>Processos arquivados</b>	<b>592</b>	<b>1825</b>	<b>433</b>
<b>Audiências realizadas</b>	<b>202</b>	<b>930</b>	<b>728</b>
<b>Processos remetidos à Turma Recursal</b>	<b>12</b>	<b>24</b>	<b>12</b>
<b>Sentenças Proferidas com méritos</b>	<b>591</b>	<b>951</b>	<b>324</b>
<b>Sentenças proferidas sem mérito</b>	<b>312</b>	<b>716</b>	<b>404</b>
<b>Processos em tramitação</b>	<b>549</b>	<b>846</b>	<b>306</b>

Tabela referente à diferença de resultados entre os anos de 1999 de 2003  
 Fonte: TJDF

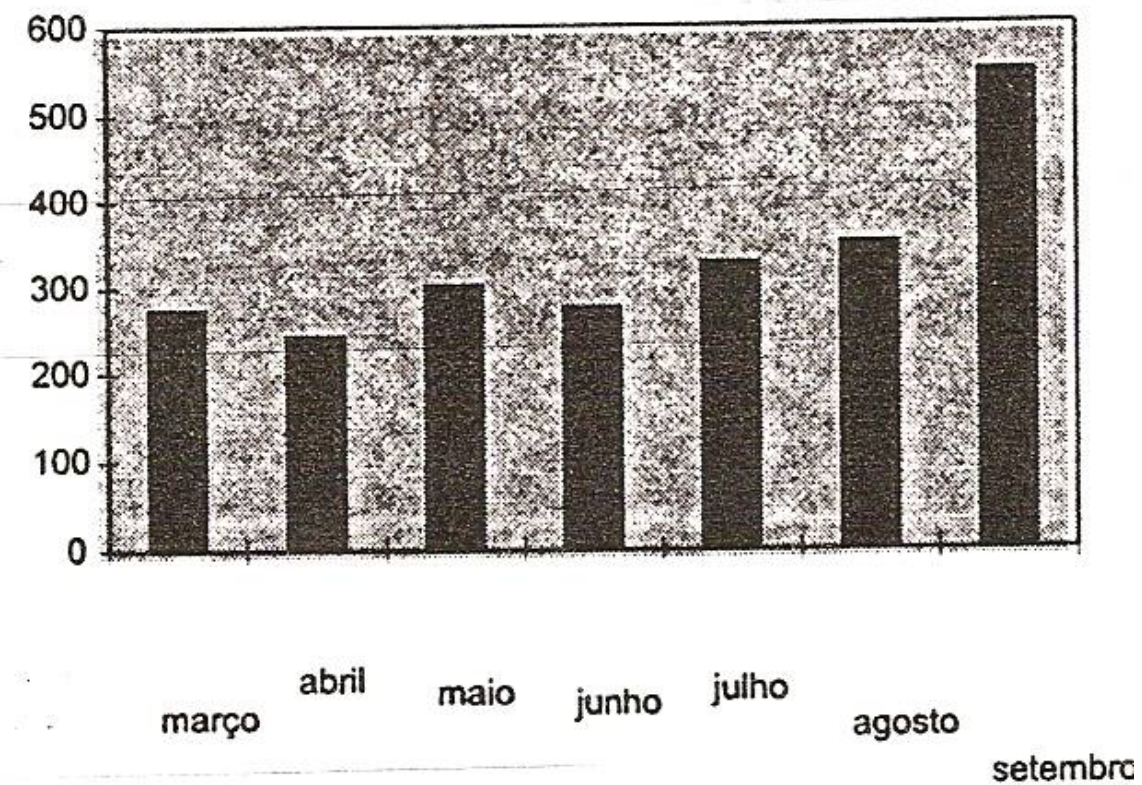
## ANEXO 3

### Gráfico do número de casos nos Juizados Especiais Cíveis no DF em 2003



**Fonte:** TJDF - O Magistrado em revista, Distrito Federal, IMAG-DF, Ano

IV, nº XXIX, p.18/19 agosto, 2004.

**ANEXO 4****GRÁFICO DE DISTRIBUIÇÃO – 1º JEC DE NITÉRIO-RJ**

Fonte: CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro, Acesso à Justiça: Juizados Especiais Cíveis e Ação Civil Pública, Uma Nova Sistematização da Teoria Geral do Processo, 1ª edição, Rio de Janeiro, Companhia Editora Forense, , 1999.

## ANEXO 5

**TABELA DOS PROCESSOS DISTRIBUIDOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DE PORTO ALEGRE/RS – ANOS 1990/2000**

**PROCESSOS NOVOS DISTRIBUÍDOS**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>TOTAL</b>	196.195	256.130	322.474	357.952	363.759	493.213	471.378	586.092	660.996	683.060	756.393
<b>Justiça Comum</b>	188.799	236.717	278.128	291.860	284.527	351.859	341.294	455.150	518.518	535.837	596.013
<b>JEPCs</b>	7.396	19.413	44.346	66.092	85.232	141.354	130.084	130.942	142.448	147.223	160.380
<b>% JEPCs</b>	3,77%	7,58%	13,75%	18,46%	23,05%	28,66%	27,60%	22,34%	21,55%	21,55%	21,20%

1 – Lei Estadual nº 9.442, de 03-12-91.

Fonte: Tribunal de Justiça de Porto Alegre-RS

RODYCZ, Wilson Carlos. A efetividade dos Juizados Especiais Cíveis, A questão do acesso à Justiça, Porto Alegre, Revista dos Juizados Especiais: doutrina-jurisprudência, v. 3, nº 34/35, 2002.

## ANEXO 6

**-TABELAS REFERENTES AOS RESULTADOS DA PESQUISA DO MINISTÉRIO  
DA JUSTIÇA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS- ANO 2006**

**TABELA 3: NATUREZA DA RECLAMAÇÃO, EM %**

1. RELAÇÃO DE CONSUMO	37,2
2. ACIDENTE DE TRÂNSITO	17,5
3. COBRANÇA	14,8
4. ATO ILÍCITO	1,6
5. RELAÇÃO VIZINHANÇA	1,1
6. OUTROS CONTRATOS CIVIS	6,6
7. AÇÃO DESPEJO	0,7
8. EXECUÇÃO TEJ	9,8
9. OUTROS	10,6
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

Fonte: CEBEPEJ, 2006

**TABELA 12: ACORDO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, EM %**

	Sim	Não	S/Inf.
Macapá	45,9	54,1	-
Salvador	34,9	65,1	-
Fortaleza	69,0	31,0	-
Goiânia	28,1	71,9	-
Belo Horizonte	32,7	67,2	0,1
Belém	24,3	74,8	1,0
Rio de Janeiro	26,2	73,8	-
Porto Alegre	21,3	78,1	0,6
São Paulo	22,0	78,0	-
<b>TOTAL</b>	<b>34,5</b>	<b>65,3</b>	<b>0,2</b>

Fonte: CEBEPEJ, 2006

**TABELA 15: CUMPRIMENTO DE ACORDO, EM %**

	Sim	Não	S/Inf.
Macapá	45,9	51,4	2,7
Salvador	62,2	29,0	8,7
Fortaleza	23,2	62,3	14,5
Goiânia	40,0	38,3	21,7
Belo Horizonte	23,9	39,8	36,3
Belém	35,5	43,0	21,5
Rio de Janeiro	44,2	36,8	19,0
Porto Alegre	29,0	34,8	36,2
São Paulo	65,1	24,8	10,1
<b>TOTAL</b>	<b>45,7</b>	<b>38,8</b>	<b>15,6</b>

Fonte: CEBEPEJ, 2006

Fonte: [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)